

**ANEXO I –
CONTEXTUALIZAÇÃO DO
DISTRITO FEDERAL**

1.1 INTRODUÇÃO

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento previsto na Constituição Federal. Trata-se de uma definição de metas e dos caminhos para atingi-las, que orientará a atuação do governo nos quatro (4) anos seguintes e informará a sociedade sobre as propostas a serem implementadas para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento político, econômico e social do Distrito Federal (DF). É, portanto, documento central para compreender as diretrizes que fundamentarão a implementação de políticas públicas, que definirá a continuidade de alguns programas e a interrupção de outros e é instrumento de acompanhamento e monitoramento da atuação do governo. Portanto, realiza e coloca em prática diversos valores democráticos essenciais: transparência, controle social, responsabilização e governança.

O PPA ora proposto nasce de forma participativa e embasado na sistemática construção de um mapa estratégico, baseado no Programa de Governo referendado pelas urnas em 2014. É, assim, a consolidação de um processo de construção de uma agenda de governo legitimado pela vontade popular. O Mapa Estratégico baseia-se em inovadoras formas de gestão pública, onde a definição de metas e objetivos é consubstanciada por programas temáticos, que serão executados por órgãos específicos e para os quais há a elaboração de carteira de indicadores, permitindo a fácil e concreta avaliação do atingimento das metas propostas. Esse processo, construído em sintonia com o programa de governo, mas expandido pela intervenção, em fóruns coletivos, dos Secretários de Estado e suas equipes técnicas visa conciliar a proposta que nasce na campanha eleitoral, nas ruas e na urna, com uma perspectiva mais técnica e embasada em ações concretas, planejadas e fundamentadas em evidências empíricas. Conjuga-se conhecimento técnico com intuição política legitimada pela votação popular para construir uma agenda colaborativa, pactuada, de políticas públicas.

A disponibilidade de dados atualizados, confiáveis e válidos e de análises aprofundadas sobre o contexto econômico, social, urbano e ambiental é fundamental para a elaboração do PPA, assim como as previsões tributárias e fiscais. A esse propósito se destina este texto de contextualização da realidade econômica, social, urbana e ambiental do Distrito Federal. A proposta é apontar a situação atual em que se encontra o DF, nas dimensões listadas acima, para que sirva de insumo e alinhamento sobre o cenário em que se inserem as propostas apresentadas neste PPA. Sem informações consistentes não se faz planejamento eficiente.

Portanto, a identificação dos desafios que se apresentam e das potencialidades que devem ser capitalizadas passam a ser elementos cruciais para a elaboração do PPA. Infelizmente, questões como crescimento econômico limitado, resiliência das desigualdades, ineficiência da gestão pública, irresponsabilidade fiscal e social, baixa qualidade do transporte público e problemas de mobilidade urbana, ocupação fundiária irregular, baixa qualidade dos serviços públicos, principalmente na área da saúde, e violência urbana seguem sendo entraves a serem enfrentados. Essa lista, antiga e já conhecida, vem se agigantando nos últimos anos: o volume e

intensidade dos problemas é maior hoje do que em qualquer período anterior de nossa jovem história.

As soluções, por sua vez, precisam e devem ser inovadoras. As alternativas do passado não têm se mostrado eficazes para reverter esses graves gargalos. Pior, em um cenário de crise econômica nacional e distrital, agravada por uma redução da capacidade de investimento do Estado, a criatividade para o enfrentamento de problemas, o compromisso irretratável com o bem público e a dedicação incansável para atingir as metas de melhoria da qualidade de vida da população e, principalmente, dos mais pobres, parece ser a única receita viável. As propostas elencadas neste PPA refletem essa atitude.

Os objetivos gerais são, em contrapartida, uma sociedade menos desigual, um crescimento econômico sustentável, diversificado, inclusivo, estruturado e orientado pela preservação do meio ambiente, a retomada da capacidade de investimento do Estado e uma gestão pública mais eficiente e transparente, que ofereça serviços da mais alta qualidade.

O restante deste texto se remete, com base em dados, à interpretação da realidade que vivemos, visando instrumentalizar de forma clara nossos desafios.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

"Na verdade, o sonho foi menor que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído"

(Lucio Costa, 1995, Brasília Revisitada)

Com este misto de surpresa e satisfação, Lucio Costa, o arquiteto e criador da proposta vencedora do concurso para a construção da nova capital, avaliou vitalidade e a dinâmica da cidade por ele sonhada 35 anos depois da inauguração. Brasília, hoje, é classificada pelo IBGE como uma das metrópoles nacional, na região de influência de cidades (REGIC 2007/2008). Esta região de influência abrange uma área de 1.760.734 Km² e uma população total de 9.680.621, num total de 298 municípios. O Distrito Federal caracteriza-se por ser um município com renda elevada, o PIB per capita do DF é quase três vezes a média nacional, de acordo com dados das Contas Regionais do Brasil (IBGE/CODEPLAN). Outra medida que revela este alto poder de compra das famílias no DF: na média, uma família na cidade gasta 1,6 vezes mais do que a média nacional. (POF 2008/2009). Este alto nível de renda per capita e capacidade de consumo mascara, contudo, uma profunda desigualdade pessoal e espacial da renda, por exemplo, os 10% mais ricos no Distrito Federal ganham quase 20 vezes mais que 40% mais pobres (PNAD, 2013). Para entender melhor esta complexa realidade do Distrito Federal e o contexto socioeconômico, no qual a economia local deverá se adequar, esta seção está dividida em três dimensões: Social, Econômica e Territorial, além desta breve introdução sobre aspectos gerais e demográficos do DF.

Uma característica marcante de Brasília nestes 55 anos de existência foi o rápido crescimento populacional, impactando de maneira marcante no uso e ocupação do solo e na sua configuração urbana. Dentro deste acelerado processo de metropolização, a população total atingiu 2,570 milhões de habitantes em 2010, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE. A taxa de crescimento populacional a partir da década de 80, mesmo quando a cidade já tinha atingido mais de 1 milhão de habitantes, tem se mantido sistematicamente acima da média nacional. Este crescimento populacional criou diversos desafios para o planejamento da cidade. A densidade demográfica, em consequência, também se elevou, trazendo a necessidade premente de se pensar a dimensão ambiental na visão de futuro do Distrito Federal.

O Distrito Federal consolidou-se como polo atrator de migrantes. Interessante, porém, observar que o perfil do migrante tem se alterado ao longo das últimas duas décadas. Enquanto em 2000, segundo o Censo Demográfico, o DF apresentou um saldo líquido de entrada de 6.442 migrantes de baixa qualificação (até ensino fundamental), em 2010, o saldo líquido deste tipo migrante caiu para 884 migrantes. Por outro, nos migrantes de alta qualificação (com nível superior), o saldo líquido de migrantes em 2000 foi de 10.572 e em 2010 este saldo aumentou em quase 70% passando para 17.496 migrantes. Outro fator a considerar, certamente, é o encarecimento do preço da terra, também, que provoca a saída de famílias mais carentes para a chamada Periferia Metropolitana do Distrito Federal. No entanto, é importante destacar esta capacidade

de atração de mão de obra qualificada, que traz perspectivas valiosas para a dinâmica e desenvolvimento da cidade.

Tabela 1 - Evolução da População do Distrito Federal, Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual e Densidade Demográfica - 1957-2010

Anos	População	TMGCA ⁽¹⁾ (%)	Densidade Demográfica Hab/Km ²
1957	12.283	-	2,12
1959	64.314	128,82	11,11
1960	140.164	117,94	24,21
1970	537.492	14,39	92,84
1980	1.176.935	8,15	203,30
1991	1.601.094	2,84	276,57
2000	2.051.146	2,79	354,31
2010	2.570.160	2,28	444,07

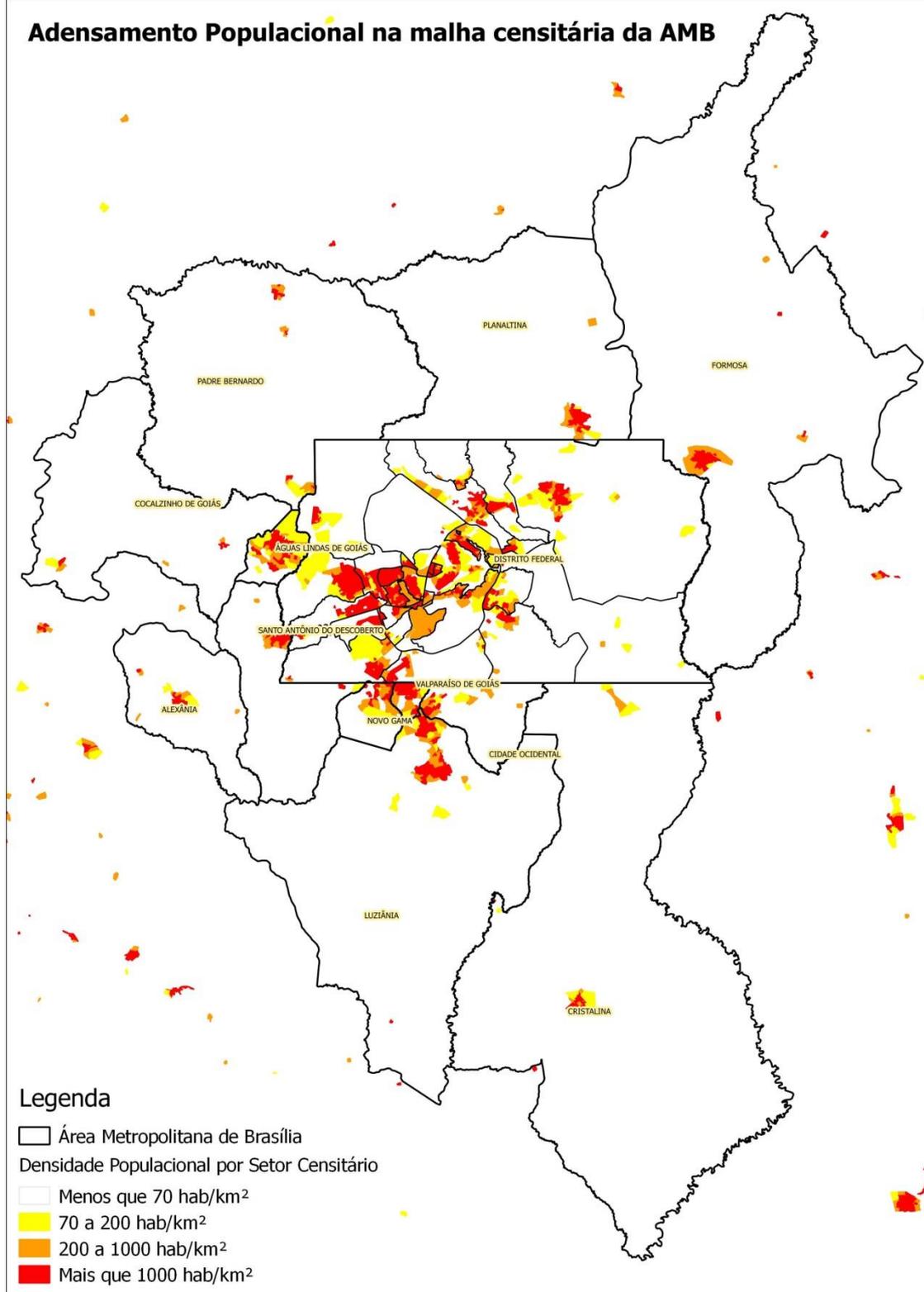
Fontes: Censo Experimental e Censos Demográficos - IBGE.
Contagem da População - IBGE.

(1) TMGCA - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual entre períodos.

A divisão territorial do Distrito Federal inclui 31 Regiões Administrativas, destas 19 Regiões Administrativas (RAs) possuem poligonais definidas oficialmente, e outras 12 sem delimitação oficial. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD, 2013/ CODEPLAN), realizada a cada dois anos e representativa para as 31 RAs estima a população urbana em 2,786 milhões de habitantes. A tabela 1, no anexo, contém os dados da distribuição populacional por Região Administrativa e sexo. Ceilândia é a Região Administrativa mais populosa do DF, 451 mil habitantes (16,22%), seguida por Samambaia, com 228,4 mil (8,19%), Plano Piloto 216,4 mil (7,7%) e Taguatinga, 212,8 mil (7,6%). Em contraste, o SIA apresenta a menor população entre as Regiões Administrativas com 1.997 habitantes (0,07%) seguido pela Fercal, com 8.408 (0,30%) e Varjão, 9.282 ou 0,33%. O Mapa 1 apresenta a divisão territorial do DF com os dados populacionais e densidade demográfica por setor censitário em 2010, a partir de dados do Censo Demográfico do IBGE.

Mapa 1 – Adensamento Populacional na malha censitária da Area Metropolitana de Brasília por setor censitário – 2010

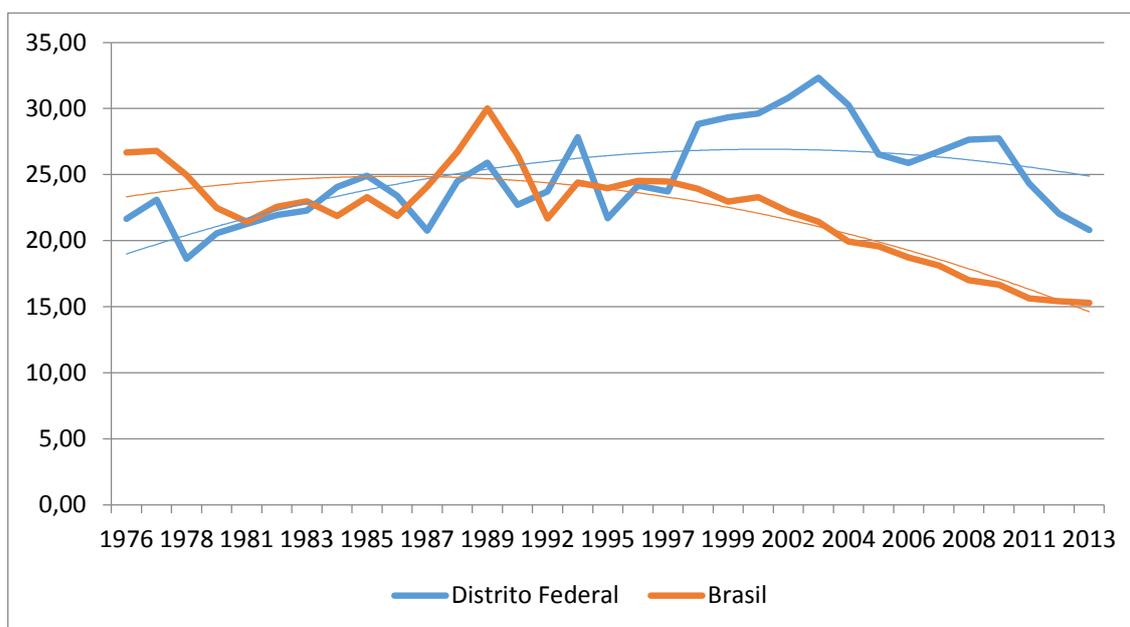
Adensamento Populacional na malha censitária da AMB



Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE. Elaboração: DIEPS/CODEPLAN

O Distrito Federal também apresenta elevados níveis de escolaridade. A participação de pessoas com nível superior ou ensino médio completo ultrapassa os 34% do total de habitantes com mais de 25 anos, segundo dados PNAD/IBGE, no ano de 2013. Por diversas características, inclusive pela presença da Administração Federal, esses percentuais mostram a vocação da cidade para atração e qualificação da mão de obra. A título de comparação, as Regiões Metropolitanas de Curitiba e de São Paulo, segundo a mesma pesquisa, não atingem 27% de pessoas com 25 anos na mesma qualificação. Contudo, valores médios e agregados para o Distrito Federal como um todo mascaram uma profunda desigualdade tanto em termos de renda como consumo. Como destacado, os 10% mais ricos do Distrito Federal auferem uma renda 20 vezes superior aos 40% mais pobres, segundo dados da mesma PNAD. A desigualdade persiste não somente na renda, mas também nas despesas de consumo. Estimativas da CODEPLAN, a partir, dos dados da PDAD 2013/CODEPLAN e da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF 2008/2009/IBGE), mostram que as famílias ganhando mais de 20 Salários Mínimos em 2013 representavam 8,6% dos domicílios ocupados, mas participavam com 28% do total do consumo agregado. Em contraposição, famílias com rendimento domiciliar de até 2 SM representam 21% do total das famílias, mas participavam com apenas 6,9% do total do consumo no DF. Um aspecto preocupante desta desigualdade é que diferente da trajetória em nível nacional, o DF não tem apresentado melhorias nos indicadores de desigualdade. O Gráfico 1 mostra a relação entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres, a evolução do Brasil e do Distrito Federal. Os níveis de desigualdade, medidos por esse indicador, antes de 1994, do Distrito Federal e do Brasil tinham trajetórias e níveis muito próximos, ou seja, elevada e persistente desigualdade. A partir de 1994, há uma queda em nível nacional, enquanto no Distrito Federal observa-se, inclusive, uma elevação dos níveis de desigualdade.

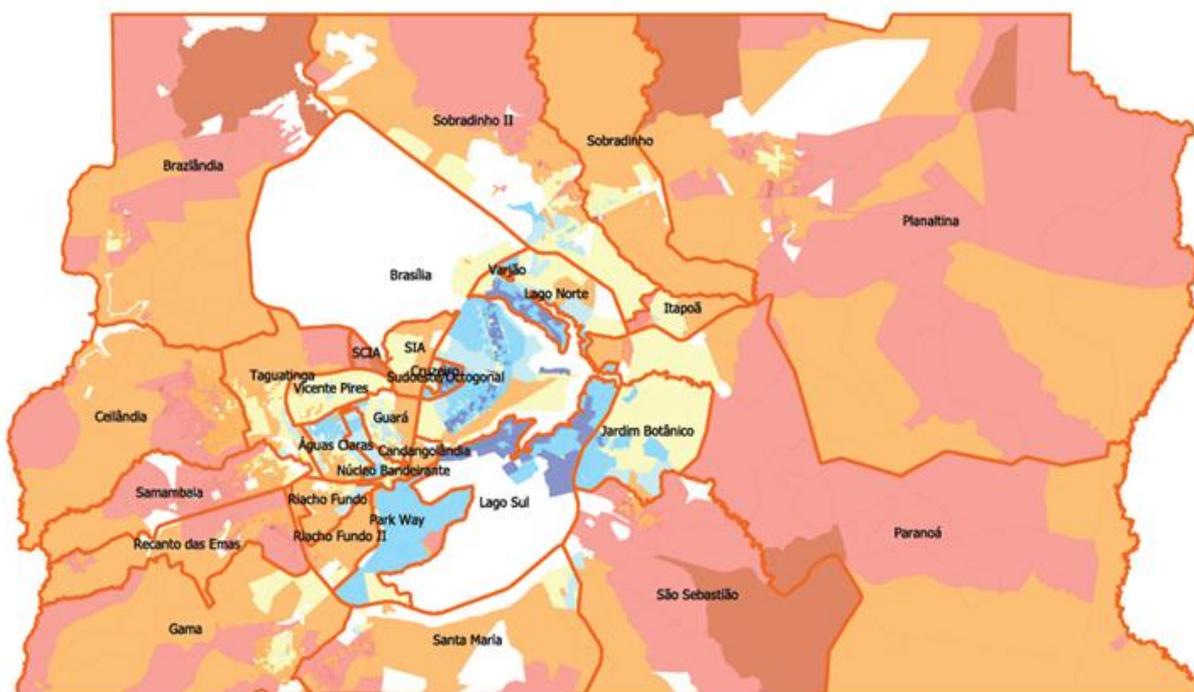
Gráfico 1 – Distrito Federal e Brasil – Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres - 1976 a 2013.



Fonte: IBGE/PNAD. Vários anos, Elaboração: DIPOS/CODEPLAN

A desigualdade também é expressa no território. Segundo dados da CODEPLAN PDAD/2013, a Região Administrativa com renda mais elevada do DF, Lago Sul tinha uma renda domiciliar per capita 17 vezes maior que a Região Administrativa mais carente, a SCIA Estrutural. O Mapa 2 ilustra esta desigualdade de renda per capita no território do DF com dados do Censo Demográfico do IBGE 2010, em nível de setor censitário. Fica clara não somente a desigualdade pessoal de renda, mas também o grau de desigualdade entre as Regiões Administrativas do DF.

Mapa 2 - Rendimento de todas as fontes per capita em valores nominais por setor censitário Distrito Federal -2010

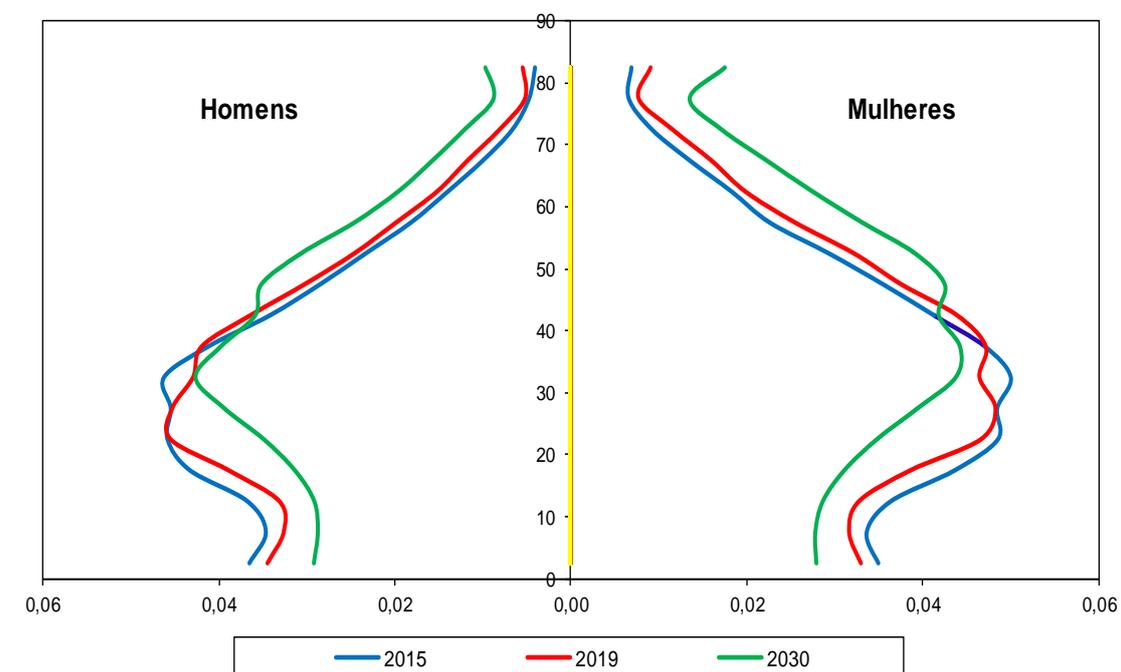


Evolução da população

Segundo dados divulgados pelo IBGE, a população do Distrito Federal, estimada para 2015 em 2.914.830, passará a um total de 3.773.409 em 2030. O ritmo de crescimento populacional continuará, segundo as projeções demográficas, em queda. Entre 2015 e 2030, a taxa média de crescimento anual projetada é de 1,74% ao ano.

Ainda segundo o IBGE, entre 2015 e 2019, a população com idades inferiores a 29 anos diminuirá, passando de 62,83% para 59,29% nesse intervalo, reduzindo a sua participação para 49,64% em 2030. Por outro lado, a população acima dessa idade irá aumentar confirmando a tendência de envelhecimento da população do DF. Para 2015 essa participação que já ultrapassa os 50%, em 2019, será acrescida em 2,74%, alcançando em 2030 uma relevante contribuição de 61,74%. A população de menores de 10 anos de idade, que em 2015 tem uma participação de 13,98%, sofrerá redução gradual até 2019, passando a responder por 11,37% da população em 2030. Por outro lado, as pessoas com idades acima de 65 anos, que em 2015 representam 6,17%, passarão, em 2030, a 11,68% da população do Distrito Federal (Gráfico 2; Tabela 2).

Gráfico 2 – Pirâmide Etária do Distrito Federal por sexo – 2015, 2019 e 2030.



Fonte: IBGE, elaboração CODEPLAN

A população continua em tendência acentuada de envelhecimento na medida em que os menores de 14 anos reduzem sua participação continuamente. No intervalo de quatro anos, entre as projeções de 2015 e 2019, a redução do primeiro grupo foi de 2,19 pontos percentuais enquanto a população acima de 65 anos variou em 1,79% p. p. para mais. Esta informação vem confirmar a participação cada vez mais efetiva dos idosos na população do DF, fato este evidenciado pelo índice de envelhecimento da população que, para 2019, aponta uma relação de 38 idosos para cada grupo de 100 menores de 14 anos. Em 2030, essa relação praticamente irá dobrar com uma participação de 68 idosos para 100 menores de 14 anos. A razão de dependência dos idosos também aponta que, em 2015, para cada grupo de 100 pessoas de 15-64 anos há 37,88 pessoas acima de 65 anos. Em 2019, será de 37,48 e, para o ano de 2030, 40,52, um acréscimo de 3,04 pontos percentuais entre 2019 e 2030.

As mulheres continuarão mais longevas. No entanto, para o futuro, se vislumbra uma redução na diferença entre os sexos. Para 2015, os dados apontam vantagem para as mulheres de 7,14 anos reduzindo para 6,99 em 2019 e 6,62 em 2030. O sexo masculino tenderá também a uma vida mais longa (Tabela 2).

Tabela 2 - Distrito Federal. Indicadores Demográficos projetados para o período 2015/2030

Ano	População (em 01/07)			Nascimentos	Óbitos	TCG (%)	TBN (%)
	Total	Homens	Mulheres				
2015	2.914.830	1.381.586	1.533.244	43.281	12.375	2,19	14,85
2016	2.977.216	1.409.671	1.567.545	43.507	12.811	2,14	14,61
2017	3.039.444	1.437.665	1.601.779	43.692	13.281	2,09	14,37
2018	3.101.220	1.465.432	1.635.788	43.839	13.769	2,03	14,14
2019	3.162.452	1.492.930	1.669.522	43.962	14.282	1,97	13,90
2020	3.223.048	1.520.119	1.702.929	44.066	14.818	1,92	13,67
2025	3.512.409	1.649.384	1.863.025	44.128	17.943	1,62	12,56
2030	3.773.409	1.765.151	2.008.258	43.458	21.801	1,33	11,52
Ano	TBM (‰)	TMI (‰)	Esperança de Vida ao Nascer			TFT	
			Ambos	Homens	Mulheres		
2015	4,25	10,76	77,85	74,13	81,27	1,56	
2016	4,30	10,53	78,12	74,41	81,51	1,55	
2017	4,37	10,32	78,37	74,68	81,74	1,53	
2018	4,44	10,11	78,62	74,94	81,96	1,52	
2019	4,52	9,91	78,85	75,19	82,18	1,51	
2020	4,60	9,71	79,08	75,43	82,38	1,50	
2025	5,11	8,84	80,06	76,47	83,24	1,47	
2030	5,78	8,11	80,83	77,30	83,92	1,45	
Ano	Razão de Dependência* (%)			Índice de Envelhecimento** (%)	Área (km ²)	Densidade Demográfica (hab/km ²)	
	Jovens	Idosos	Total				
2015	29,37	8,51	37,88	28,97		503,50	
2016	28,71	8,92	37,63	31,09		514,27	
2017	28,13	9,36	37,49	33,29		525,02	
2018	27,62	9,82	37,45	35,56		535,69	
2019	27,18	10,30	37,48	37,88		546,27	
2020	26,79	10,78	37,56	40,23		556,74	
2025	25,28	13,32	38,61	52,68		606,72	
2030	24,11	16,41	40,52	68,07		651,81	

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para 2000/2030

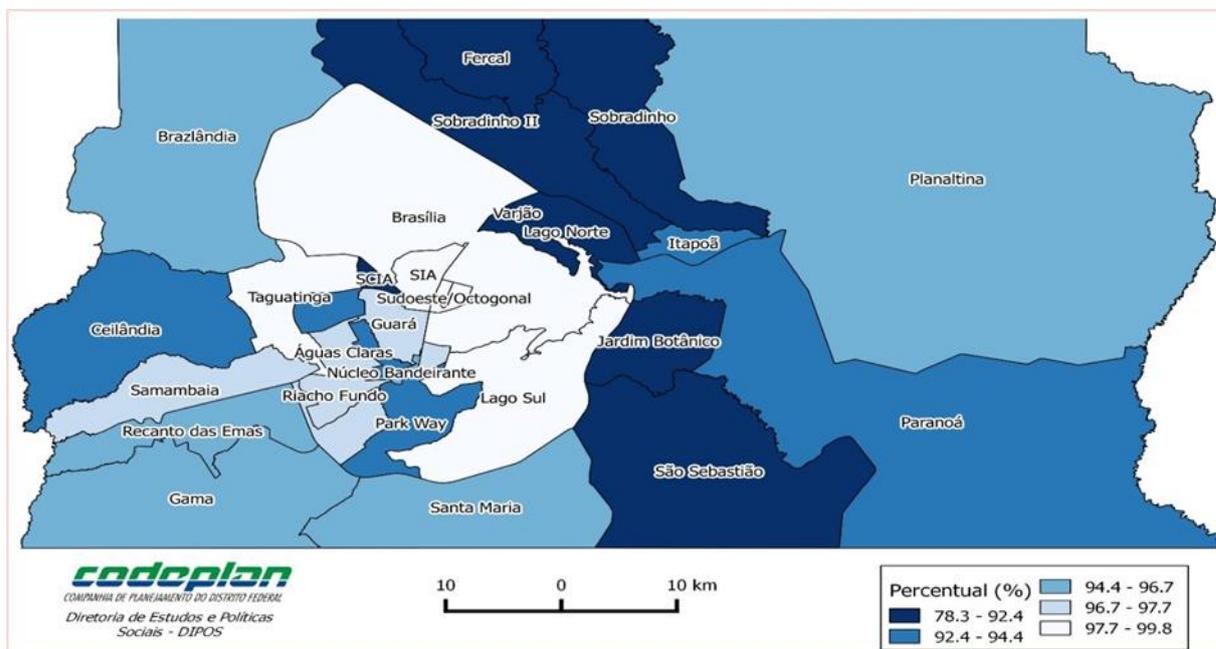
1.2.1. Dimensão Social

O Distrito Federal é conhecido no país por bons indicadores socioeconômicos, que o colocam nos melhores patamares nacionais e mesmo internacionais. Segundo o PNUD, o DF tem o segundo maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do país, com 0,792, quando o máximo possível é 1. O primeiro lugar é ocupado por São Paulo e o terceiro por Curitiba.

Entre as Regiões Administrativas do DF, verifica-se que a SCIA/Estrutural tem o pior IDHM, com 0,616, número que se repete em algumas localidades de outras RAs, como Recanto das Emas e Vila Rabelo (Sobradinho). O maior índice aparece na Asa Norte e no Sudoeste, 0,957. A grande desigualdade também pode ser vista no Índice de Gini da capital que, em 2013, ficou em 0,570, representando a Unidade da Federação mais desigual do país. O Brasil apresentou um índice de 0,498.

A CODEPLAN apresentou em 2015 o Índice de Oportunidade Humana (IOH), em que foi possível desenvolver, por região administrativa, um ranking da oportunidade de os indivíduos se desenvolverem plenamente a partir do acesso a eletricidade, água tratada, saneamento básico e educação, segundo a PDAD 2013. O estudo revela um excelente IOH no Sudoeste/Octogonal, de 99,8, enquanto o pior do DF ocorre na Fercal, 78,3.

Mapa 3 - Índice de Oportunidade Humana (IOH) - Distrito Federal, 2013



Em março de 2015, havia no Cadastro Único de benefícios sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 238.116 famílias do Distrito Federal, das quais 30,7% (73.190) apresentavam renda de até R\$ 77,00 *per capita* e 25,2% tinham renda mensal *per capita* entre R\$77,01 e R\$154,00. Estavam inseridas no Programa Bolsa Família 79.980 famílias.

No âmbito da educação, destaca-se o fato de, em 2014, o Distrito Federal ter recebido do Ministério da Educação o selo de Território Livre de Analfabetismo. Trata-se de homenagem às Unidades da Federação que cumprem uma taxa de 96% ou mais de alfabetização, meta superada pelo DF, segundo o IBGE.

Apesar disso, ainda há o desafio de garantir a conclusão do ensino fundamental, o que não foi conseguido por 30% da população com 25 anos ou mais. Por

outro lado, 32,6% dessa população têm nível médio completo ou superior incompleto e 26,1% já concluíram o ensino superior, segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2013.

Quanto à qualidade da educação, verifica-se, a partir dos resultados da Prova Brasil o melhor desempenho do DF em relação à média brasileira. No DF, as médias de proficiência em Língua Portuguesa ficaram, em 2013, em 206,6 no 5º ano e 242,63 no 9º ano, enquanto no Brasil foram de 189,71 e 237,77, respectivamente. Em matemática, as médias foram 222,96 no 5º ano e 247,86 no 9º ano na capital e 205,08 e 242,34 no país.

A expectativa de vida ao nascer revela um aspecto da situação da política de saúde no Distrito Federal. Segundo o IBGE (2014), o DF possui a maior longevidade do país, com 75,6 anos, seguido por Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo.

Um parâmetro útil para a gestão da política é quanto à quantidade de profissionais médicos. A Portaria 1.101 de 2002, do Ministério da Saúde (GM), estabelece um mínimo de 1 médico por mil habitantes, sendo 0,8 composto por generalistas e 0,2 por especialistas. Conforme o DataSUS (CNES), em abril de 2015, o DF cumpria o parâmetro nacional, com uma cobertura de 3 médicos por mil habitantes, considerando o total de médicos, e 1,8, considerando apenas aqueles que trabalham no Sistema Único de Saúde. Esse número deixa a capital do país em primeiro lugar nacional, seguida por Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

No entanto, é preciso reconhecer a importância do Distrito Federal na prestação de serviços de saúde para a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB), que engloba os seguintes municípios goianos: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Segundo a Secretaria de Estado de Saúde, em 2014, 34% das internações e 15,9% dos atendimentos de emergência nos hospitais regionais foram de pacientes que residem em outras Unidades da Federação. A população da Periferia Metropolitana é de 1.128.313, segundo a Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD, CODEPLAN, 2013). Considerando as populações da PMB e do DF somadas e incidindo somente no serviço de saúde da capital, verifica-se uma cobertura de médicos do SUS de 1,3 médico por mil habitantes. Incluindo os médicos que não atendem no SUS, a cobertura é de 2,1.

1.2.1.1. Projeções Demográficas para 2019 e 2030: Impacto na Saúde

Para construir o cenário das demandas na área da saúde para 2015 e 2030, foram considerados os dados mais recentes disponíveis na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) e, a partir desses resultados, foram estimadas as demandas, considerando o que preconiza a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde, para cada um dos tópicos a seguir:

a. Número atual de leitos hospitalares e o necessário (em estabelecimentos públicos e privados):

Segundo a **Portaria nº 1101/GM**, de jun/02, em linhas gerais, estima-se como meta a existência de 2,5 e 3 leitos para cada 1.000 habitantes. Em março de 2015, segundo a SES-DF, o número de leitos disponíveis no DF era de 6.747, ou seja, uma média de 432 habitantes por leito (2,31 leitos por mil habitantes), número superior ao recomendado pelo Ministério da Saúde. Considerando a rede pública (SUS), o número de leitos existente era de 4.562 o que corresponde 639 leitos por habitante (1,57 leitos por mil habitantes) (Tabela 3).

Na Periferia Metropolitana de Brasília, o número de leitos disponíveis, para o mesmo período, foi de 864, sendo 496 deles da rede SUS, o que correspondeu a uma média de 0,78 leitos por mil habitantes, sendo que, na rede SUS, esta relação foi de apenas 0,45 leitos por mil (Tabela 3).

Considerando a meta de 2,5 leitos por mil habitantes, em 2019, no DF serão necessários 7.906 leitos, ou seja, um aumento de 1.159 leitos. Se considerarmos a mesma meta em leitos no SUS, serão necessários 3.344 leitos a mais. Na PMB, para atender a meta, serão necessários 2.292 leitos a mais na rede SUS (Tabela 3).

Em 2030, se considerarmos como meta 400 habitantes por leito serão necessários 9.433 leitos, ou seja, um aumento de 2.625. Se considerarmos somente a rede SUS será necessário a ampliação de aproximadamente 5 mil. Na PMB, esse aumento deverá ser de cerca de 2.600 leitos no SUS (Tabela 3).

Tabela 3 - Número de leitos existentes e da rede SUS – DF, PMB e AMB. 2015, 2019 e 2030*

2015			
Distrito Federal			
	Leitos p/1.000 hab**	Número de leitos	População - 2015*
Existentes	2,31	6.747	
SUS	1,57	4.562	2.914.830
Periferia Metropolitana de Brasília			
	Leitos p/1.000 hab**	Número de leitos	População - 2015**
Existentes	0,78	864,00	
SUS	0,45	496,00	1.105.403
Area Metropolitana de Brasília			
	Leitos p/1.000 hab**	Número de leitos	População - 2015**
Existentes	1,89	7.611	
SUS	1,26	5.058	4.020.233
2019			
Distrito Federal			
	Leitos p/1.000 hab	Número de leitos	População - 2019*
Existentes	2,50	7.906,13	
SUS	2,50	7.906,13	2.914.830
Periferia Metropolitana de Brasília			
	Leitos p/1.000 hab**	Número de leitos	População - 2019**
Existentes	0,78	873,31	
SUS	0,45	501,34	1.117.312
Area Metropolitana de Brasília			
	Leitos p/1.000 hab**	Número de leitos	População - 2019**
Existentes	2,50	10.080	
SUS	2,50	10.080	4.032.142
2030			
Distrito Federal			
	Leitos p/1.000 hab	Número de leitos	População - 2030*
Existentes	2,50	9.434	
SUS	2,50	9.434	3.773.409
Periferia Metropolitana de Brasília			
	Leitos p/1.000 hab**	Número de leitos	População - 2030**
Existentes	2,50	3.104	
SUS	2,50	3.104	1.241.764
Area Metropolitana de Brasília			
	Leitos p/1.000 hab**	Número de leitos	População - 2030**
Existentes	2,50	12.538	
SUS	2,50	12.538	5.015.173

Fonte: Ministério da Saúde/SAS - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Dados elaborados pela CODEPLAN

* População projetada - IBGE

** Considerando a média da participação da população PMB na de GO entre 2010-2015

b. Número atual de médicos e o necessário:

A meta recomendada pela OMS é de 1 médico para cada mil habitantes. Segundo o Banco de Dados do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde - CNES, em maio/2015¹ Distrito Federal tinha 16.784 Médicos, dentre as várias especialidades, sendo que 8.486 atuavam na Secretaria de Saúde, o que representou uma média de 1 médico para 174 pessoas e de 1 da rede SUS para 343 pessoas (2,91 médicos por mil habitantes). Tendo como meta a relação de 1 médico na rede SUS a cada 500 habitantes, serão necessários, em 2019, 9.207 médicos na rede e, em 2030, 10.988 profissionais na rede SUS (Tabela 4)

Tabela 4 - Total de médicos e da rede SUS - DF, PMB e AMB. 2015, 2019 e 2030*

2015			
	Médico SES-DF	População - 2015	Médicos p/1.000 hab**
DF*	8.486	2.914.830	2,91
PMB**	825	1.105.403	0,75
AMB	9.311	4.020.233	2,32
2019			
	Médico SES-DF	População - 2015	Médicos p/1.000 hab**
DF*	9.207	3.162.452	2,91
PMB**	1.117	1.117.312	1,00
AMB	10.324	4.279.764	2,41
2030			
	Médico SES-DF	População - 2015	Médicos p/1.000 hab**
DF*	10.986	3.773.409	2,91
PMB**	1.242	1.241.764	1,00
AMB	12.227	5.015.173	2,44

Fonte: Datasus. Dados elaborados pela CODEPLAN

* População projetada - IBGE

** Considerando a média da participação da população PMB na de GO entre 2010-2015

c) Equipes do Programa de Saúde da Família (PSF):

A meta da Secretaria de Saúde do Distrito Federal para o programa prevê uma cobertura superior a 70% da população. Em março de 2015, segundo a SCNES, haviam no DF 226 Equipes da Saúde da Família (ESF), sendo 142 convencionais e 84 Equipes Mais Médicos. Considerando que cada equipe atende 3 mil pessoas, a cobertura era de 23,3%. Na PMB, no mesmo período, haviam 174 equipes, sendo 35 convencionais e 139 Equipes Mais Médicos, o que resultou numa cobertura de 47,2% (Tabela 4).

Tendo como objetivo a cobertura de 70%, em 2019, será necessário triplicar o número de equipes no DF e aumentar em 1,5 vezes o número de equipes existentes na PMB. No cenário para 2030, serão necessários acrescentar em 3,9 vezes o número de equipes no DF e 1,7 vezes na PMB (Tabela 4).

¹ Dados em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/proc02df.def>

1.2.2. Dimensão Econômica

1.2.2.1. Cenário Nacional

A previsão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para os próximos quatro anos do PPA é de uma recomposição da política fiscal em nível nacional, com uma elevação do superávit primário para 1,2% do PIB para o ano 2015 e os anos seguintes o superávit de 2,0% do PIB. Aliada à política fiscal mais restritiva, está prevista, na política monetária, a elevação das taxas básicas de juros para 13,25% a.a. para o primeiro ano de 2015. A tendência da política monetária seria a de relaxamento do aperto monetário para os anos seguintes, de modo que em 2018, a taxa básica de juros atingiria 10% a.a, mas ainda mantendo taxas de juros reais próximas a 6%. Com estas restrições da política monetária e fiscal, está prevista uma queda da inflação nos primeiros anos do período do PPA e em 2017, a taxa anual do IPCA convergiria para o centro da meta. Contudo para os primeiros anos, 2015 e 2016, a inflação ficaria acima da meta, 8,2% e 5,6% a.a. respectivamente.

O cenário traçado pelo Boletim Focus, consultado em 10/04/2015 no sítio do Banco Central, apresenta uma contração da economia nacional, no ano de 2015, de -1,05%. Em 2016 e 2017, a economia começaria a se recuperar com uma taxa de crescimento do PIB estimada em 1,12% e 2,04%. Portanto, o quadro para a economia nacional no período de 2015-2018 será, no melhor dos casos, de ajuste fiscal e monetário, com inflação acima da meta nos primeiros anos, retratação das atividades econômicas em 2015 e, a partir de 2016, um início de recuperação das taxas de crescimento do PIB.

Tabela 5 - Cenário Macroeconômico para a taxa de crescimento do PIB, INPC e IGP-DI

Variáveis	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa de Crescimento do PIB	-1,05	1,12	2,04	2,38	2,35
IGP-DI	6,89	5,44	5,16	5,03	4,82
INPC	7,95	5,46	5,27	5,13	5,03

Fonte: www.bcb.gov.br (Relatório Focus), em 10/04/2015

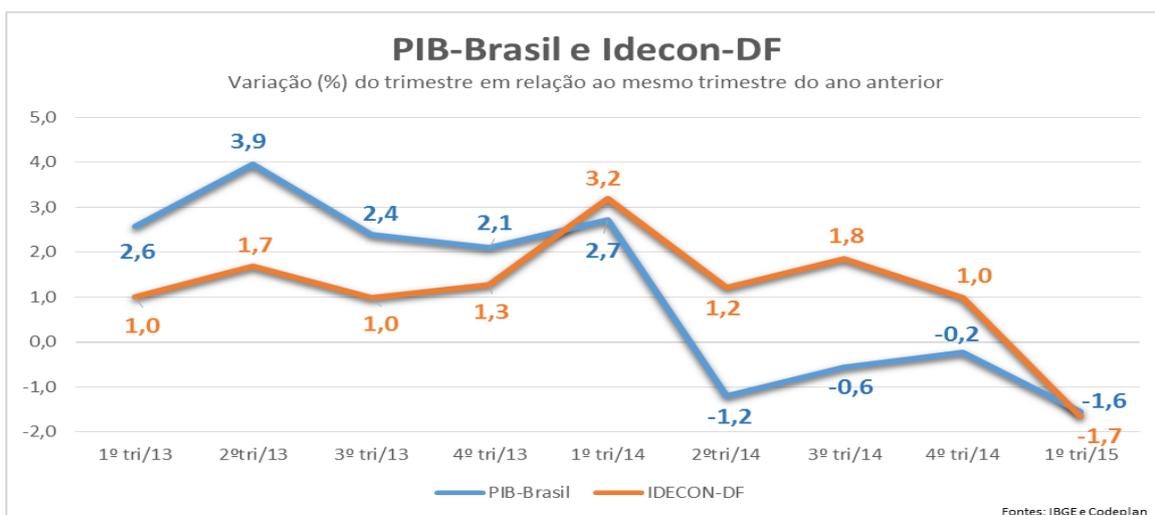
1.2.2.2. Distrito Federal: Atividades Econômicas (PIB e IDECON)/Consumo e massa salarial por RA

Diante deste quadro de revisão de políticas macroeconômicas, presença de inflação elevada e redução de atividades econômicas, a economia do Distrito Federal será afetada pela dinâmica em nível nacional. As Contas Regionais calculadas pela CODEPLAN indicam que o Produto Interno do Distrito Federal é composto majoritariamente pelo setor serviços, 94% do total produzido, dos quais a Administração Pública possui forte participação com um total de 55% do total da produção. A indústria, por outro lado, representa 5,7% e agricultura apenas 0,3% do total.

O Gráfico 3 mostra o comportamento do índice de Desempenho Econômico (IDECON - DF) começa a demonstrar que o impacto da redução das atividades em nível

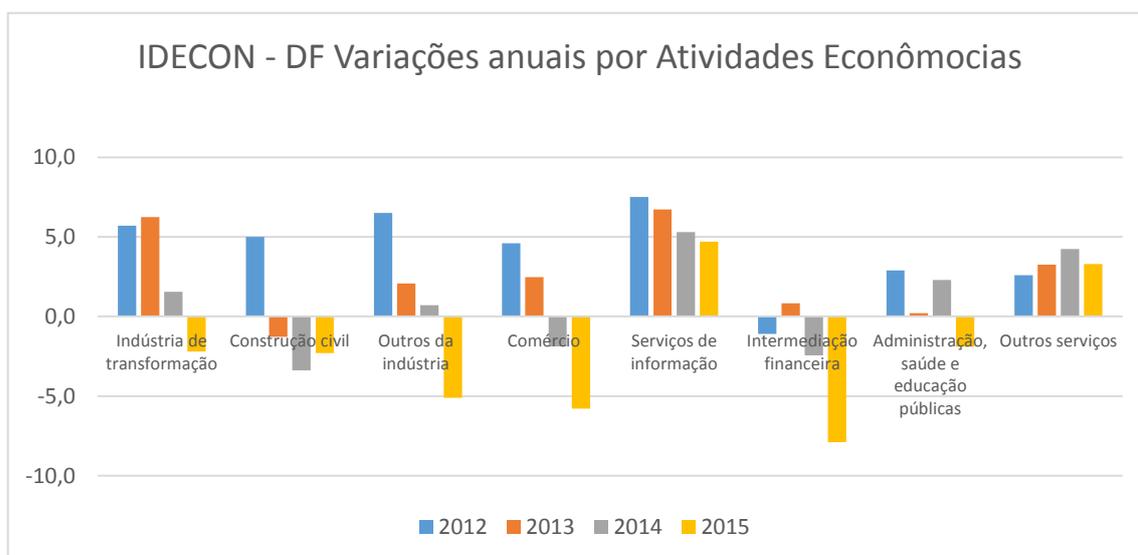
nacional está afetando a economia local. O IDECON - DF, em 12 meses, para o 1º trimestre de 2015, teve uma retração de -1,7% em valores próximos ao observados no PIB trimestral da economia nacional de 1,6%. Quando se decompõe este comportamento negativo da economia do DF, nota-se a redução de Comércio (-5,6%), Construção Civil (-2,2%), Administração Financeira (-1,9%) e Intermediação Financeira (-7,4%). Em sentido contrário, os serviços de Comunicação e Informação apresentaram um crescimento de 5% no mesmo período.

**Gráfico 3 - Índice de Desempenho Econômico (IDECON - DF)
1º. Trimestre/2013 a 1º. Trimestres/2015**



Fonte: CODEPLAN/DIEPS

**Gráfico 4 - Índice de Desempenho Econômico (IDECON - DF) por Atividades Econômicas
1º. Trimestre/2013 a 1º Trimestres/2015**



* valores 1º. Trimestre de 2015 valor comparativo com 1º trimestre de 2014.
Fonte: CODEPLAN/DIEPS

1.2.2.3. Distrito Federal: Mercado de trabalho (PED)

Com a redução de atividades econômicas, o mercado de trabalho tende a apresentar um quadro de elevação do desemprego no primeiro ano. O Gráfico 5 mostra a taxa de desemprego numa série histórica, de fevereiro de 1992 a abril de 2015, da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) calculada pela CODEPLAN/DIEESE/Secretaria do Trabalho para o DF² e para a região metropolitana de São Paulo (RMSP). Deve-se notar que a taxa de desemprego do DF esteve sempre acima da RMSP. As áreas hachuradas em cinza no gráfico destacam momentos de crise fiscal ou ajuste fortes da economia brasileira a saber: 1999-2000, com a desvalorização cambial e a introdução do sistema de metas de inflação, o ajuste fiscal dos primeiros anos do governo Lula e a crise financeira internacional em 2008. Note que a série da taxa de desemprego no DF sofre aumentos significativos nos momentos de restrição fiscal ou choques negativos em nível nacional.

A desigualdade de renda e escolaridade em nível territorial também se reflete nas taxas de desemprego: o Mapa 4 mostra este comportamento desigual das taxas de desemprego no DF.

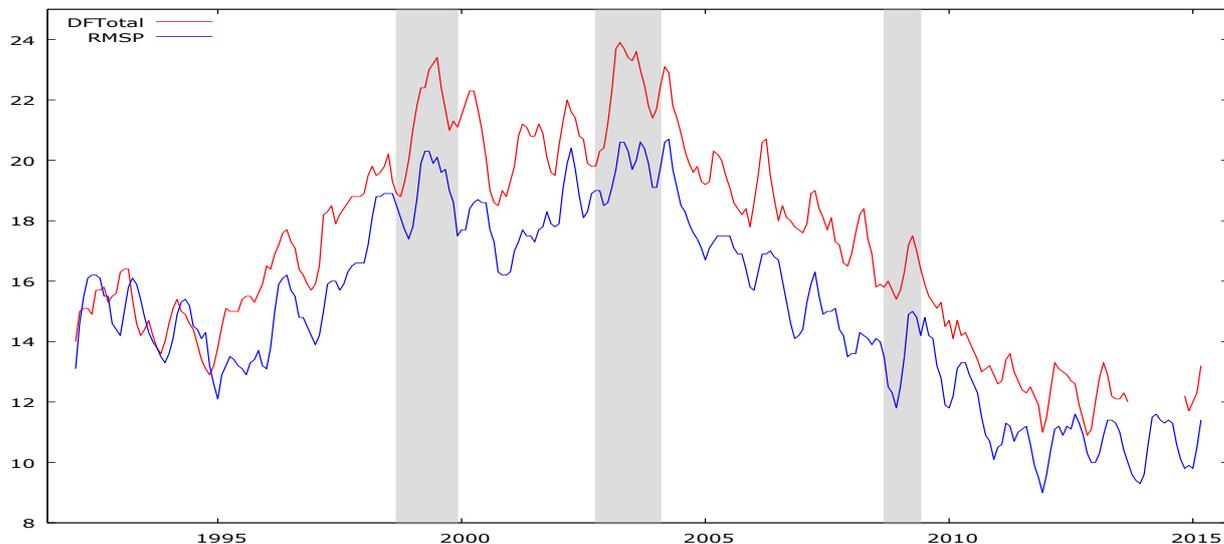
Nas regiões centrais e com renda mais elevada, a taxa de desemprego é quase três vezes menor que a observada em regiões mais periféricas e menos favorecidas no DF. Essas regiões com menor renda e menor escolaridade também sofrem mais intensamente os impactos negativos de choques fiscais em nível nacional. O Gráfico 5 apresenta o comportamento e o impacto em cada região do DF, nos momentos de maior crise na economia nacional nos finais da década de 90 e nos anos 2000. Interessante observar que a crise internacional de fato demora alguns meses para afetar o mercado de trabalho do Distrito Federal.

As divulgações mais recentes da taxa de desemprego, abril/2015, vem mostrando esta piora no mercado de trabalho e o padrão de outras crises também tem se repetido, regiões menos escolarizadas e com menor renda têm sofrido mais fortemente estes impactos que regiões centrais, mais escolarizadas e com maior poder aquisitivo. Simulações realizadas pela CODEPLAN, por meio de funções impulso-resposta, a partir dos dados da PED mostram que para o mercado de trabalho do DF, a resposta da taxa de desemprego local a choques nacionais tem um pico em 5 meses e após este pico no desemprego, retorno aos níveis pré-crise nos 5 meses seguintes. Por outro lado, choques na economia local tende se dissipar de forma um pouco mais rápida que choques nacionais. As estimativas indicam que a recuperação total do mercado de trabalho seria em torno de oito meses para choques relacionados apenas com a economia do DF.

Do total da variabilidade da taxa de desemprego do DF, aproximadamente 25% é explicada por choques nacionais. Como destacado, anteriormente, este choque é sentido mais fortemente pelo chamado Grupo 3 da PED, ou seja, pelas regiões mais pobres. No Grupo 1, a região mais rica, praticamente, não há efeito de um choque nacional sobre a trajetória da taxa de desemprego. Portanto, os resultados sinalizam para a premente necessidade de se remediar efeitos negativos dos ajustes fiscais e monetários

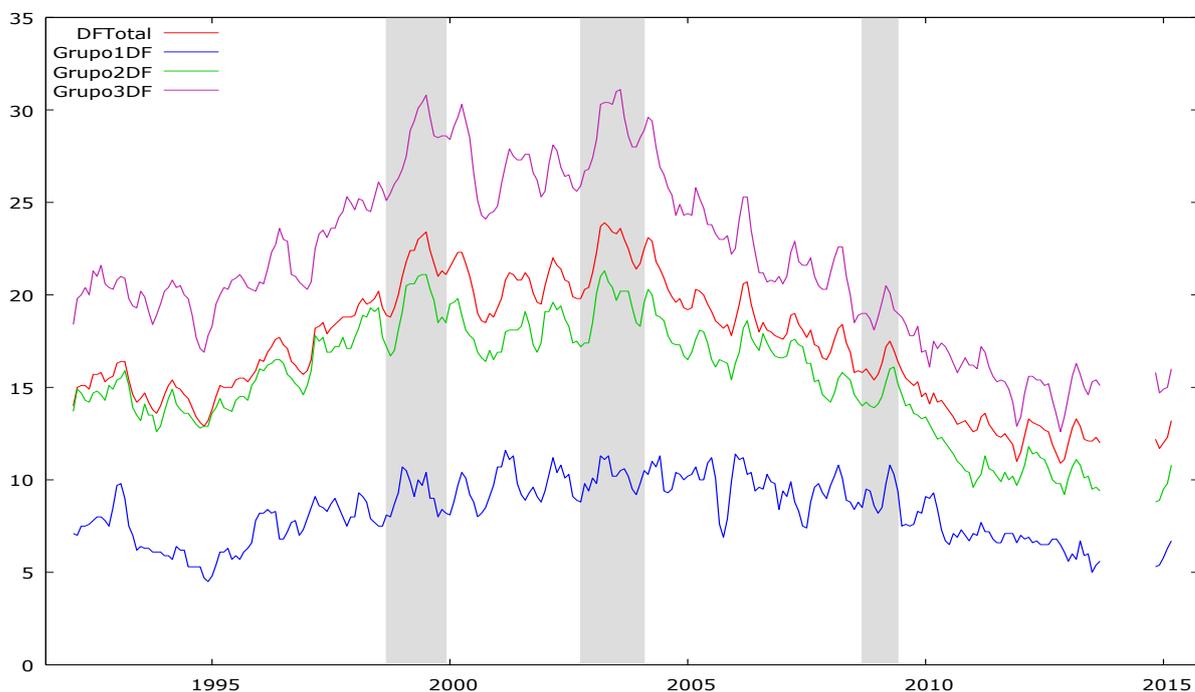
² Houve uma interrupção na série de desemprego no DF de outubro/2013 a outubro/2014.

**Gráfico 5 – Taxa de Desemprego Distrito Federal e Região Metropolitana de São Paulo
Fev/92 a Mar/2015**



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego/PED – DIEESE/CODEPLAN/SETRAB

**Gráfico 6 – Taxa de Desemprego Distrito Federal e Grupos de Regiões Administrativas no
DF (Grupos 1,2 e 3) - Fev/92 a Mar/2015**



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego/PED – DIEESE/CODEPLAN/SETRAB

Nota: Há uma interrupção na série entre outubro/2013 a outubro/2014.

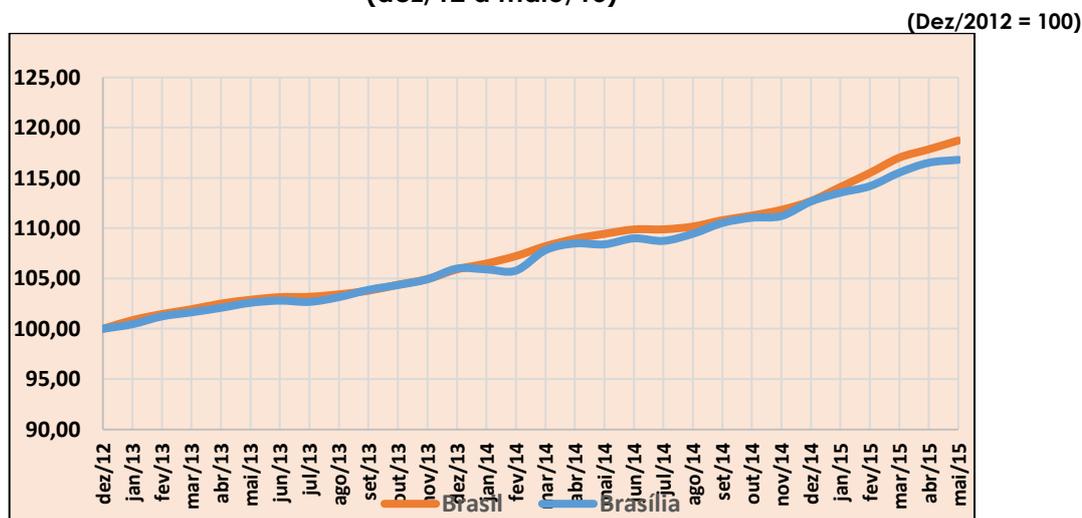
1.2.2.4. Distrito Federal: Inflação: IPCA e INPC

A inflação em nível nacional e também em nível local tem se ressentido de ajustes de tarifas públicas e preços administrados acima da média geral de preços, bem como tem se observado um crescimento nos preços de alimentos influenciados por fatores sazonais e climáticos. No entanto, a economia do DF, nos últimos meses de 2014 e início de 2015, o nível de preços tem apresentado um crescimento inferior ao do nível nacional. O gráfico 6 compara os níveis de preço do IPCA - Brasil e do IPCA - DF. Nele, nota-se, a partir de uma série de número índice com base fixa em dezembro de 2012, que a taxa de inflação no DF tem ficado sistematicamente abaixo da nacional. No entanto, a inflação dos últimos 12 meses no DF e em nível nacional, está acima da meta. Tem-se observado no DF uma trajetória descrente e uma reversão na tendência de crescimento da inflação, e esta convergência para a meta da inflação tem sido observado de maneira mais rápida no Distrito Federal que em nível nacional.

No entanto, outro desafio para o quadro do planejamento no DF é que além do ajuste fiscal e monetárias nacional estarem impactando o mercado de trabalho e de forma mais acentuadas aos mais pobres, há um crescimento mais acentuado dos preços no INPC, que mede a inflação para aqueles que ganham até 5 salários-mínimos. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, diferentemente do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mede a inflação, tendo como base a estrutura de gastos de famílias com rendimento monetário de 01 a 05 salários mínimos, sendo o chefe assalariado e, além de Brasília, abrange dez regiões metropolitanas do país e os municípios de Goiânia e Campo Grande.

No mês de maio de 2015, o IBGE, por meio do INPC computou inflação de 0,99%, mais alta que a de abril, de 0,71%, acumulando no ano aumento de 5,99% e em 12 meses, de 8,76%. Tanto no ano quanto em 12 meses, o INPC acumulado está maior que os computados pelo IPCA, de 5,34% e 8,47%, respectivamente. Da mesma forma, em Brasília, o INPC registrou alta de 4,92% no ano e de 8,36% em 12 meses, enquanto esses índices medidos pelo IPCA foram de 3,69% e 7,76%, respectivamente.

Gráfico 7 - Índice acumulado de Nível de Preços Evolução do IPCA: Brasília e Brasil (dez/12 a maio/15)



Fonte: IPCA/IBGE - Brasília elaboração CODEPLAN.

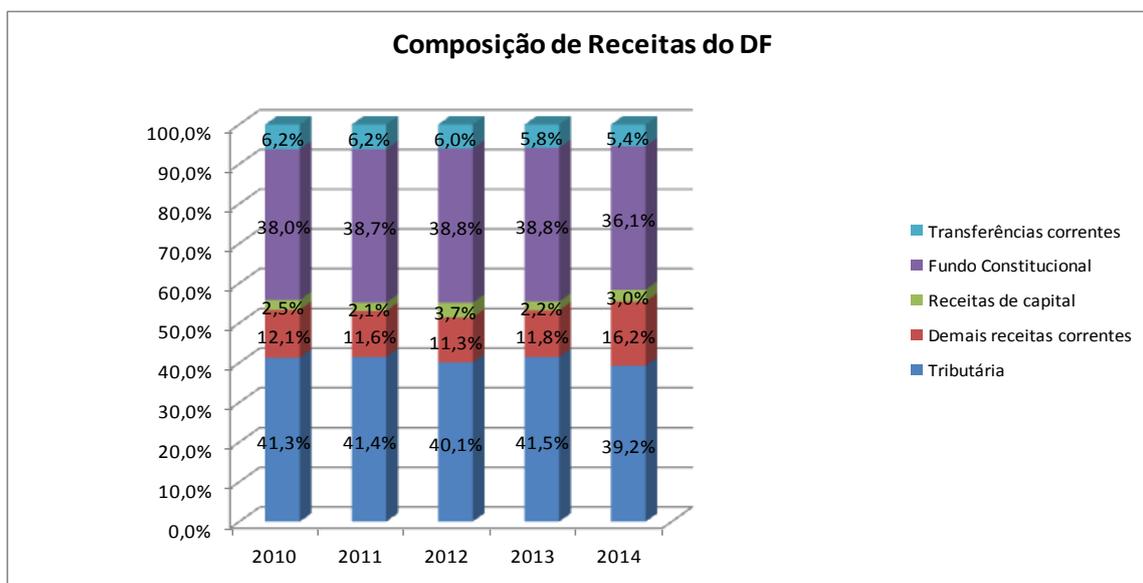
1.2.2.5. Distrito Federal: Finanças Públicas

1.2.2.5.1. Análise de Crescimento e Arrecadação Tributária

A criação, em 2002, do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF apenas mitigou a dependência crônica das contas do Governo do Distrito Federal em relação às transferências da União. Aportes que outrora ocorriam mediante entendimentos visando ao cumprimento do artigo 21, incisos XIII e XIV, da Constituição Federal, foram mensurados e passaram a ser corrigidos anualmente pela variação da Receita Corrente Líquida da União.

Análise da composição das receitas do Distrito Federal revela que o somatório das transferências efetuadas pela União é superior à arrecadação tributária do Distrito Federal. Enquanto as Transferências Correntes da União mais o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF corresponderam a 41,6% das receitas totais de 2014, as receitas tributárias do DF atingiram 39,2% no mesmo período.

Comparando-se a arrecadação do exercício de 2014 com a do exercício de 2010, em termos nominais, verifica-se que houve um aumento de arrecadação total de 59,6%, com destaque para o avanço de 114,0% em demais receitas correntes.



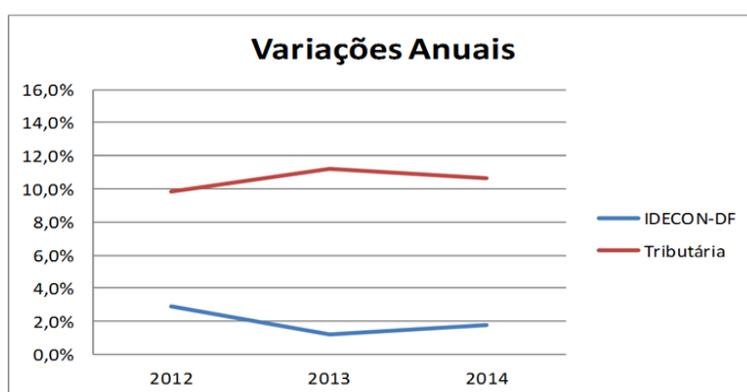
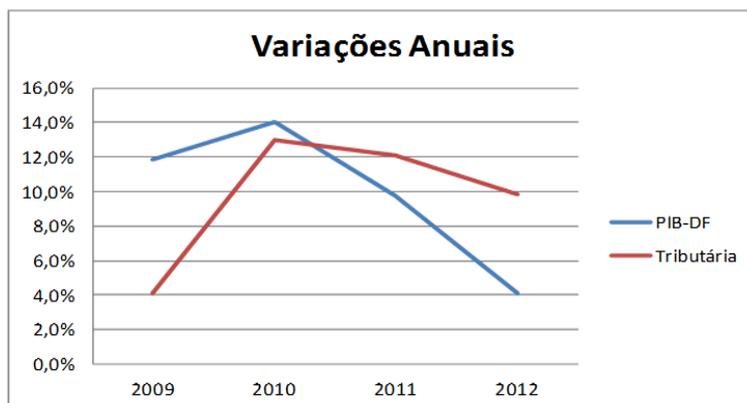
Fonte: SUREC/SEF

Além dessa dependência das transferências da União, merece atenção especial o comportamento da Arrecadação Tributária do Distrito Federal em relação à evolução de seu Produto Interno Bruto (PIB-DF) ³ e em relação ao Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal (IDECON-DF) ⁴. Observa-se que, a partir de 2010, a arrecadação tributária e o PIB-DF têm comportamentos decrescentes, porém a queda da arrecadação se dá em menor ritmo. A partir de 2012, a arrecadação apresenta uma

³ Disponível em www.codeplan.df.gov.br/area-tematicas/contas-regionais.html.

⁴ Disponível em www.codeplan.df.gov.br/area-tematicas/idecon-df.html.

ligeira recuperação enquanto o IDECON-DF continua em queda, e finalmente, a partir de 2013, a situação se inverte.



A consequência imediata desse comportamento mais recente da arrecadação tributária é a redução da capacidade de o Governo do Distrito Federal promover e aperfeiçoar políticas públicas. E isso o leva a empenhar-se para: 1) preservar o volume de transferências da União; 2) melhorar a arrecadação própria, mediante ações com foco no Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS; no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS; no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; e no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

A preservação do volume de transferências da União passa necessariamente pela preservação do FCDF, essencial para o funcionamento das áreas de saúde, educação e segurança. Quanto ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, por força da Lei Complementar nº143/2013, a partir de 1º de janeiro de 2016, são esperadas mudanças, ainda que pequenas. A Lei prevê que a parcela que superar o valor igual ao que foi distribuído no correspondente decêndio do exercício de 2015 – corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro que vier a substituí-lo e pelo percentual equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) da variação real do Produto Interno Bruto nacional do ano anterior ao ano considerado para base de cálculo – será distribuída proporcionalmente a coeficientes individuais de participação obtidos a partir da combinação de fatores

representativos da população e do inverso da renda domiciliar per capita da entidade beneficiária.

A Tabela 6 apresenta, para o período de 2011 a 2014, o valor total e as taxas de crescimento da arrecadação de origem tributária, considerando as receitas de impostos, taxas, dívida ativa tributária e multas e juros de mora dos tributos. O valor da arrecadação em 2010 foi incluído com a finalidade de comparação. A arrecadação de origem tributária cresceu nominalmente, em média, 11,2% ao ano.

Tabela 6 – Evolução das Receitas de Origem Tributária do Distrito Federal (Valores correntes) – R\$ 1.000

Ano	2010 (a)	2011 (b)	2012 (c)	2013 (d)	2014 (e)
Valor	8.564.563	9.620.964	10.607.779	11.911.349	13.082.174
Varição%		(b/a)	(c/b)	(d/c)	(e/d)
		12,33%	10,26%	12,29%	9,83%

Fonte: SUREC/SEF

Descontando o efeito da inflação medida pelo INPC/IBGE, a arrecadação tributária apresentou crescimento real da ordem de 3,61% em 2014 na comparação com 2013. Com isso, o desempenho real da arrecadação em 2014 ficou abaixo do observado nos anos anteriores, conforme se observa na Tabela 7. Em média, o crescimento real no período 2011 a 2014 situa-se em 4,8%.

Tabela 7 – Evolução das Receitas de Origem Tributária do Distrito Federal (Valores constantes a preços de Dezembro/2014-INPC/IBGE) – R\$ 1.000

Ano	2010 (a)	2011 (b)	2012 (c)	2013 (d)	2014 (e)
Valor	11.126.119	11.720.093	12.257.677	12.933.526	13.400.775
Varição%		(b/a)	(c/b)	(d/c)	(e/d)
		5,34%	4,59%	5,51%	3,61%

Fonte: SUREC/SEF

No contexto macroeconômico, o crescimento real da arrecadação tributária foi sempre superior ao do PIB nacional, que foi de 2,86% em 2011; 1,04% em 2012; e 2,30% em 2013. Em 2014, embora o crescimento real da arrecadação (3,61%) tenha sido inferior ao observado nos anos anteriores, ainda assim foi superior ao do PIB, de 0,10%, conforme Tabela 8.

Tabela 8 – Evolução das Receitas de Origem Tributária do Distrito Federal / PIB

Período	Arrecadação Tributária (%)	PIB Brasil (%)
2010/2011	5,34	2,86
2011/2012	4,59	1,04
2012/2013	5,51	2,30
2013/2014	3,61	0,10

Fonte: SUREC/SEF

A Tabela 9 apresenta a evolução da arrecadação tributária em valores correntes no Distrito Federal no quadriênio 2011-2014, tendo como base o ano de 2010.

Tabela 9 – Arrecadação de Origem Tributária do Distrito Federal – 2010 a 2014
(Valores correntes)

VALORES EM R\$ MIL					
ITEM	2010	2011	2012	2013	2014
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
ICMS	4.493.609	5.008.749	5.494.095	5.987.377	6.540.460
ISS	856.498	941.306	1.083.337	1.238.746	1.375.364
SIMPLES	193.125	221.399	253.742	275.986	312.771
IRRF	1.503.877	1.729.565	1.957.896	2.165.085	2.612.009
IPVA	537.171	622.810	554.372	598.894	696.590
IPTU	400.009	446.247	474.722	525.284	550.372
ITBI	209.862	208.675	276.616	329.701	318.061
ITCD	33.194	38.649	53.009	153.145	89.086
TLP	83.261	84.023	89.622	104.531	106.652
Outras Taxas	42.316	51.842	59.646	65.047	64.633
Receita Tributária Total (A)	8.352.922	9.353.265	10.297.059	11.443.797	12.665.998
Dívida Ativa	128.069	167.735	204.362	331.674	266.799
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	35.215	43.451	46.927	59.230	73.279
Multas e Juros de Mora dos Tributos	48.357	56.512	59.431	76.648	75.999
Total das Outras Receitas (B)	211.641	267.698	310.720	467.552	416.076
Total da Arrecadação (A) + (B)	8.564.563	9.620.964	10.607.779	11.911.349	13.082.074

Fonte: SUREC/SEF

No período de 2011 a 2014, as receitas que obtiveram maior crescimento foram as do ITCD; da Dívida Ativa, inclusive Multas e Juros; do IRRF; do SIMPLES; e do ISS. Parte do crescimento do ITCD foi devido à cobrança sobre doações a partir das informações obtidas junto à Receita Federal, aliado aos programas de recuperação de crédito, que incentivaram os recolhimentos. Esses programas também podem explicar parte do crescimento da Dívida Ativa, inclusive Multas e Juros.

Tendo em vista a composição da arrecadação de origem tributária, as receitas que mais contribuíram para a expansão do total da arrecadação de origem tributária no período em questão foram as do ICMS, do IRRF e do ISS.

Tabela 10 – Variação Nominal da Arrecadação de Origem Tributária – 2011 a 2014

VALORES EM R\$ MIL						
ITEM	2010 pelo INPC/IBGE	2011 pelo INPC/IBGE	2012 pelo INPC/IBGE	2013 pelo INPC/IBGE	2014 pelo INPC/IBGE	Participação Acumulada
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	
ICMS	5.839.087	6.101.202	6.348.941	6.502.108	6.697.745	51,0%
ISS	1.112.218	1.146.729	1.250.403	1.345.177	1.409.017	10,2%
SIMPLES	250.833	269.790	293.000	299.785	320.843	2,4%
IRRF	1.951.635	2.105.889	2.260.281	2.347.820	2.673.205	18,7%
IPVA	699.803	761.159	644.998	652.490	716.374	5,5%
IPTU	519.163	542.272	548.831	570.252	562.751	4,4%
ITBI	272.469	254.194	319.039	358.079	326.357	2,5%
ITCD	43.047	47.026	61.005	166.212	91.278	0,7%
TLP	108.081	102.150	103.635	113.473	109.086	0,9%
Outras Taxas	54.936	63.089	68.957	70.818	66.329	0,5%
Receita Tributária Total (A)	10.851.271	11.393.498	11.899.089	12.426.214	12.972.985	96,8%
Dívida Ativa	166.388	204.680	235.937	359.991	274.951	2,1%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	45.738	53.095	54.303	64.117	75.254	0,5%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	62.721	68.819	68.348	83.204	77.585	0,6%
Total das Outras Receitas (B)	274.847	326.594	358.587	507.312	427.790	3,2%
Total da Arrecadação (A) + (B)	11.126.119	11.720.093	12.257.677	12.933.526	13.400.775	100,0%
Fonte: SIGGO.						
Elaboração: AEPOF/UEF/AESP/SEF						

Tabela 11 – Variação Real da Arrecadação de Origem Tributária – 2011 a 2014

VALORES EM R\$ MIL								
ITEM	2011/2010		2012/2011		2013/2012		2014/2013	
	(b) - (a)	(b)/(a)	(c) - (b)	(c)/(b)	(d) - (c)	(d)/(c)	(e) - (d)	(e)/(d)
ICMS	+262.115	4,5%	+247.739	4,1%	+153.167	2,4%	+195.636	3,0%
ISS	+34.511	3,1%	+103.674	9,0%	+94.774	7,6%	+63.840	4,7%
SIMPLES	+18.957	7,6%	+23.210	8,6%	+6.785	2,3%	+21.058	7,0%
IRRF	+154.254	7,9%	+154.391	7,3%	+87.539	3,9%	+325.385	13,9%
IPVA	+61.356	8,8%	-116.161	-15,3%	+7.491	1,2%	+63.884	9,8%
IPTU	+23.108	4,5%	+6.559	1,2%	+21.421	3,9%	-7.501	-1,3%
ITBI	-18.275	-6,7%	+64.846	25,5%	+39.040	12,2%	-31.722	-8,9%
ITCD	+3.979	9,2%	+13.979	29,7%	+105.207	172,5%	-74.934	-45,1%
TLP	-5.931	-5,5%	+1.485	1,5%	+9.839	9,5%	-4.388	-3,9%
Outras Taxas	+8.153	14,8%	+5.868	9,3%	+1.861	2,7%	-4.488	-6,3%
Receita Tributária Total (A)	+542.227	5,0%	+505.591	4,4%	+527.125	4,4%	+546.771	4,4%
Dívida Ativa	+38.292	23,0%	+31.256	15,3%	+124.054	52,6%	-85.040	-23,6%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	+7.357	16,1%	+1.208	2,3%	+9.814	18,1%	+11.136	17,4%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	+6.097	9,7%	-471	-0,7%	+14.856	21,7%	-5.618	-6,8%
Total das Outras Receitas (B)	+51.747	18,8%	+31.993	9,8%	+148.725	41,5%	-79.522	-15,7%
Total da Arrecadação (A) + (B)	+593.974	5,3%	+537.584	4,6%	+675.850	5,5%	+467.249	3,6%
Fonte: SIGGO.								
Elaboração: AEPOF/UEF/AESP/SEF								

A Tabela 12 a seguir traz a composição da arrecadação de origem tributária no DF. Ao longo do quadriênio, a participação dos tributos indiretos (ICMS, ISS e Simples) no total da arrecadação, que refletem o nível da atividade econômica, apresentou queda, passando de 64,1% em 2011 a 62,9% em 2014. Em contrapartida, o IRRF teve sua participação aumentada, de 17,6% em 2011 para 20,0% em 2014.

Em relação à tributação direta, o IPVA e o IPTU apresentaram queda de participação, que pode ser explicada pelos abatimentos no âmbito do Programa Nota Legal. Contribuiu também para a queda da participação do IPVA a isenção para veículos novos. Por outro lado, houve incremento na participação do ITCD, decorrente da cobrança do imposto sobre doações, mencionada anteriormente.

Tabela 12 – Participação Percentual dos Tributos no Total da Arrecadação – 2011 a 2014

ITEM	2010	2011	2012	2013	2014	Participação Acumulada 2011-2014
ICMS	52,5%	52,1%	51,8%	50,3%	50,0%	50,9%
ISS	10,0%	9,8%	10,2%	10,4%	10,5%	10,3%
SIMPLES	2,3%	2,3%	2,4%	2,3%	2,4%	2,4%
IRRF	17,6%	18,0%	18,5%	18,2%	20,0%	18,7%
IPVA	6,3%	6,5%	5,2%	5,0%	5,3%	5,5%
IPTU	4,7%	4,6%	4,5%	4,4%	4,2%	4,4%
ITBI	2,5%	2,2%	2,6%	2,8%	2,4%	2,5%
ITCD	0,4%	0,4%	0,5%	1,3%	0,7%	0,7%
TLP	1,0%	0,9%	0,8%	0,9%	0,8%	0,9%
Outras Taxas	0,5%	0,5%	0,6%	0,5%	0,5%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	97,5%	97,2%	97,1%	96,1%	96,8%	96,8%
Dívida Ativa	1,5%	1,7%	1,9%	2,8%	2,0%	2,1%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	0,4%	0,5%	0,4%	0,5%	0,6%	0,5%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%
Total das Outras Receitas (B)	2,5%	2,8%	2,9%	3,9%	3,2%	3,2%
Total da Arrecadação (A) + (B)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Fonte: SIGGO.						
Elaboração: AEPOF/UEF/AESP/SEF						

1.2.2.5.1.2 Impostos Indiretos

O **ICMS**, maior imposto do DF em termos de volume arrecadado, respondeu em média por 50,9% da arrecadação tributária acumulada no quadriênio 2011-2014. Neste período, o ICMS apresentou crescimento real médio anual de +3,5%, como visto na Tabela 11 acima. Em todos os exercícios, houve aumento real de arrecadação ao se

comparar um ano com o anterior, destacando-se o exercício de 2011, com crescimento de 4,5%.

Decompondo a arrecadação do quadriênio por atividade econômica no Distrito Federal, obtém-se o cenário apresentado na Tabela 12.

Tabela 13 – Arrecadação do ICMS por Setor de Atividade Econômica (Valores correntes) – R\$ 1.000

SETOR ECONÔMICO	2010	participação	2011	2012	2013	2014	participação
COMBUSTÍVEIS	926.771	20,3%	1.018.202	1.117.742	1.142.404	1.217.503	19,8%
COMÉRCIO VAREJISTA	840.540	18,4%	961.511	1.024.501	1.094.583	1.059.570	17,2%
COMÉRCIO ATACADISTA	730.309	16,0%	782.483	916.539	944.007	1.185.640	19,3%
COMUNICAÇÃO	873.844	19,2%	956.079	947.664	961.784	1.031.991	16,8%
INDÚSTRIA	442.363	9,7%	524.464	534.903	538.762	747.667	12,2%
VEÍCULOS	402.998	8,8%	404.126	426.050	489.132	475.507	7,7%
ENERGIA ELÉTRICA	287.322	6,3%	359.113	449.547	357.476	357.993	5,8%

Fonte: SUREC/SEF

Destaque-se, inicialmente, a redução da participação percentual do comércio varejista em 1,1% e o crescimento nesta participação do comércio atacadista em expressivos 3,3%. O comércio varejista, acompanhando o movimento no país, tem decaído em função de fatores macroeconômicos, tais como, inflação persistente, crédito caro, menores ganhos salariais e temores em relação à perda de emprego. No Distrito Federal, a situação foi agravada com a migração de diversos produtos importantes para a substituição tributária. Assim, parcela da arrecadação do varejo foi transferida para o atacado, o que explica, em parte, o crescimento deste segmento. Além disso, o atacado cresceu em função dos efeitos da Lei nº 5.005/2012, que reduziu os benefícios conferidos ao setor pelos regimes especiais vigentes anteriormente.

A participação percentual da indústria cresceu, nestes quatro anos, significativos 2,5%. No Distrito Federal, observa-se que o resultado acumulado de arrecadação deste segmento é oposto ao alcançado pela produção industrial a nível nacional. Aprofundando estudos, concluiu-se que as indústrias distritais de bebidas, cimento, alimentos e de fabricação de embalagens metálicas e de outros produtos de metal, que representam mais de 70% desse segmento, apresentam forte variação acumulada positiva da arrecadação quando se compara 2014 com 2013. Em nível nacional, o desempenho da produção (não da arrecadação) nos segmentos bebidas e alimentos, na comparação acima mencionada, também é positivo. Em “produtos de minerais não-metálicos”, que inclui cimento, há leve declínio, e em “produtos de metal”, a redução é bastante significativa. O que significa que considerando apenas os segmentos industriais distritais mais pesados, o comportamento no DF é semelhante ao do Brasil.

Dessa forma, o desempenho da indústria distrital é, em parte, explicado pelo seu perfil, isto é, o conjunto de segmentos que são importantes no DF e menos relevantes nacionalmente e, também em parte, pela implantação do IDEAS (Financiamento

Industrial para o Desenvolvimento Industrial), programa governamental que leva os contribuintes a recolherem como ICMS Normal o que era anteriormente liberado como ICMS Incentivado – PADES.

A participação percentual do ICMS da energia elétrica caiu em função do desconto dado pelo governo federal de 20% na conta de luz, numa medida considerada intervencionista e desastrada pelo mercado.

Os preços dos combustíveis, administrados pelo governo federal, não acompanharam as variações no exterior e nem a inflação nacional. Assim, mesmo com o aumento de consumo de querosene de aviação, a participação percentual do segmento no DF apresenta um pequeno decréscimo. Neste setor, vale destacar que o número de passageiros em Brasília cresceu 13,3%, e hoje o aeroporto de Brasília já figura como o segundo mais movimentado do país. Três motivos justificam o crescimento: (1) a expansão da infraestrutura; (2) a posição geográfica de Brasília; e (3) o custo do combustível, pois a alíquota do ICMS sobre o querosene de aviação do Distrito Federal foi reduzida de 25% para 12% em 2013.

O **ISS**, terceiro maior imposto do DF em termos de volume arrecadado, respondeu por 10,3% da arrecadação tributária acumulada no quadriênio 2011-2014. Neste período, o ISS apresentou crescimento real médio anual de 6,1%, como visto na Tabela 11. Em todos os exercícios, houve aumento real de arrecadação ao se comparar um ano com o anterior, destacando-se o exercício de 2012, com crescimento de 9,0%.

Pode-se atribuir o crescimento da arrecadação desse imposto, em parte, à inflação dos serviços, que teve expansão superior à inflação oficial, medida pelo IPCA. Frise-se, ainda, que o crescimento da arrecadação se deu pela execução de programas de recuperação de créditos, como as várias edições do “Recupera DF”. Em 2013, houve, por exemplo, significativo aumento do recolhimento médio mensal do segmento cartórios, que passou de R\$ 40 mil no primeiro trimestre para R\$ 390 mil no terceiro trimestre.

Destaque-se ainda que, durante o quadriênio, o crescimento da arrecadação do ISS por responsabilidade – que inclui as modalidades de recolhimento da substituição tributária, retenção via SIAFI e retenção via SIGGO – tem sido superior ao do ISS normal.

O **Simples** respondeu por 2,4% da arrecadação tributária no quadriênio 2011-2014. Neste período apresentou crescimento real médio anual de 6,4%. Em todos os exercícios, houve aumento real de arrecadação ao se comparar um ano com o anterior, destacando-se o exercício de 2012, com crescimento de 8,6%.

O **IRRF**, segundo maior imposto do DF em termos de volume arrecadado, respondeu por 18,7% da arrecadação tributária acumulada no quadriênio 2011-2014. Neste período, apresentou crescimento real médio anual de 8,2%. Em todos os exercícios, houve aumento real de arrecadação ao se comparar um ano com o anterior,

destacando-se o exercício de 2014, com crescimento de 13,9%. O desempenho da receita do imposto está relacionado ao comportamento da despesa com pessoal.

1.2.2.5.1.3 Impostos Diretos

No conjunto, os impostos diretos retraíram sua participação sobre a arrecadação tributária no quadriênio 2011-2014. Em 2010 a participação desses tributos no total da arrecadação de origem tributária era de 13,8%, apresentando queda para 12,6% em 2014.

O **IPVA** respondeu por 5,5% da arrecadação tributária acumulada no quadriênio 2011-2014. Neste período apresentou crescimento real médio anual de 1,1%. Em todos os exercícios, houve aumento real de arrecadação ao se comparar um ano com o anterior, excetuando-se o exercício de 2012, quando ocorreu um decréscimo de 15,3%, em decorrência da promulgação da Lei nº 4.733 em 29/12/2011, que isentou o pagamento do imposto no ano de aquisição do veículo novo.

O **IPU** respondeu por 4,4% da arrecadação tributária acumulada no quadriênio 2011-2014. Neste período apresentou crescimento real médio anual de 2,1%. Em todos os exercícios, houve aumento real de arrecadação ao se comparar um ano com o anterior, excetuando-se o exercício de 2014, com decréscimo de 1,3%.

O **ITBI** respondeu por 2,5% da arrecadação tributária acumulada no quadriênio 2011-2014. Neste período apresentou crescimento real médio anual de 5,5%. Nos exercícios de 2012 e 2013, houve crescimentos de 25,5% e 12,2%, respectivamente. Considera-se que essas expressivos decorreram da atualização da pauta imobiliária deste imposto que se deu em julho de 2012. Em 2014, houve perda de arrecadação de 8,9%. Credita-se esta queda à variação negativa de 0,35% (índice FipeZap) registrada nos preços dos imóveis no DF, contra inflação no período de 6,4%.

O **ITCD** respondeu por 0,7% da arrecadação tributária acumulada no quadriênio 2011-2014. Neste período apresentou crescimento real médio anual de 41,6%. O grande destaque ficou por conta do crescimento de arrecadação que ocorreu em 2013. Houve crescimento de 172,5%, que foi provocado pelos lançamentos sobre doações ocorridas entre 2008 e 2011, cujas informações fiscais foram obtidas com a Receita Federal. Os recolhimentos foram incentivados e realizados via programa Recupera DF.

Das Taxas, a **TLP** é a mais representativa. Sua receita correspondeu a quase o dobro do total arrecadado pelas demais taxas no quadriênio 2011-2014. A TLP respondeu por 0,9% da arrecadação tributária acumulada no quadriênio 2011-2014. Neste período, apresentou crescimento real médio anual de 0,4%.

Outras taxas responderam por 0,5% da arrecadação tributária acumulada no quadriênio 2011-2014. Neste período, a arrecadação apresentou crescimento real médio anual de 5,1%. Em todos os exercícios, houve aumento real de arrecadação ao se

comparar um ano com o anterior, destacando-se o exercício de 2011, com crescimento de 14,8%.

1.2.2.5.1.4 Outras Receitas de Origem Tributária

A **Receita da Dívida Ativa Tributária** respondeu por 2,1% da arrecadação tributária acumulada no quadriênio 2011-2014. Neste período, apresentou crescimento real médio anual de 16,8%.

Vale ressaltar o bom desempenho auferido pela Dívida Ativa e Multas e Juros da Dívida Ativa em 2013, impactados pelos ingressos decorrentes do Programa RECUPERA-DF. Em todos os exercícios, houve aumento real de arrecadação ao se comparar um ano com o anterior, excetuando-se o exercício de 2014.

Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa responderam por 0,5% da arrecadação tributária acumulada no quadriênio 2011-2014. Neste período, apresentaram crescimento real médio anual de 13,5%. Em todos os exercícios, houve aumento real de arrecadação ao se comparar um ano com o anterior, destacando-se o exercício de 2013, com crescimento de 18,1%.

Multas e Juros de Mora dos tributos responderam por 0,6% da arrecadação tributária acumulada no quadriênio 2011-2014. Neste período, apresentaram crescimento real médio anual de 6,0%.

1.2.2.5.2 Perspectivas da Arrecadação Tributária (2016-2019)

A Tabela 14 abaixo apresenta a receita prevista de origem tributária para o quadriênio 2016 a 2019, utilizada na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária 2016 (PLOA 2016), em 31/08/2015.

Tabela 14 – Receita Prevista de Origem Tributária: 2016 a 2019

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CORRENTES EM R\$			
	2016	2017	2018	2019
TOTAL DA RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	15.505.504.277	16.848.214.283	18.384.820.257	20.165.377.407
RECEITA TRIBUTÁRIA	15.005.694.104	16.298.988.099	17.792.122.742	19.527.513.491
IMPOSTOS	14.788.567.653	16.069.518.090	17.550.799.179	19.274.039.731
IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO	5.887.376.230	6.422.533.074	7.169.357.338	8.107.533.347
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	620.789.248	652.417.226	684.395.763	717.341.897
IMPOSTO S/RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA (1)	3.738.505.236	4.149.740.812	4.772.201.934	5.583.476.263
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE DE VEÍCULO AUTOMOTORES	934.817.246	982.472.882	1.030.640.589	1.080.260.862
IMPOSTO S/TRANS. CAUSA MORTIS OU DOAÇÃO BENS E DIREITOS	81.180.815	89.147.527	97.282.182	105.464.269
IMPOSTO DE TRANS. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS	512.083.685	548.754.626	584.836.870	620.990.055
IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO	8.901.191.423	9.646.985.017	10.381.441.841	11.166.506.385
IMPOSTO S/ OP. REL. CIRC. MERC. S/ SERV. TRANSP. E COMUNICAÇÃO	6.918.839.355	7.509.425.954	8.089.363.957	8.718.661.721
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	1.591.183.975	1.711.344.265	1.830.816.382	1.951.536.458
IMPOSTO SIMPLES	391.168.093	426.214.797	461.261.501	496.308.205
TAXAS	217.126.451	229.470.008	241.323.563	253.473.759
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	132.897.424	140.036.547	147.338.398	154.844.542
OUTRAS TAXAS	84.229.027	89.433.462	93.985.165	98.629.217
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	499.810.173	549.226.185	592.697.515	637.863.916
MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	79.779.153	92.642.847	100.840.300	108.313.200
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	78.045.118	92.859.309	101.806.133	110.499.958
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	341.985.902	363.724.029	390.051.081	419.050.758

Fonte: AEPOF/UEF/AESP/SEF

1.2.2.5.2.1 Previsão dos Benefícios Tributários (2016-2019)

A Tabela 15 mostra os valores de desoneração tributária decorrente da concessão de benefícios fiscais para o período de 2016-2019. As informações seguintes constam dos quadros de projeção de benefícios tributários integrantes do PLOA 2016.

Tabela 15 – Projeção de Benefícios Tributários: 2016-2019

CONSOLIDADO				
TRIBUTOS	2016	2017	2018	2019
ICMS	1.640.998.506	1.635.803.582	1.715.807.243	1.798.415.049
ISS	33.202.509	32.886.536	34.498.870	36.159.823
IPVA	190.710.889	200.433.129	210.259.796	220.382.786
IPTU	143.545.049	150.862.825	158.259.200	165.878.613
ITBI	6.889.779	7.241.013	7.596.019	7.961.731
ITCD	21.341.478	22.429.444	23.529.096	24.661.908
TLP	10.194.177	10.713.865	11.239.136	11.780.246
Multas e juros	26.224.497	10.004.987	4.854.240	2.523.680
TOTAL	2.073.106.886	2.070.375.382	2.166.043.599	2.267.763.836

Fonte: ASPLA/UEF/AESP/SEF

1.2.2.5.3 O Plano Plurianual 2016-2019

Conforme estabelece o § 2º do artigo 149 da Lei orgânica do Distrito Federal, o Plano Plurianual (PPA) deverá quantificar financeiramente as diretrizes, objetivos e metas da administração pública do Distrito Federal, no horizonte de quatro anos. Assim, a Tabela 16 apresenta as projeções de recursos de todas as fontes consideradas na elaboração do PPA 2016-2019.

Tabela 16 – PPA 2016-2019: Recursos de Todas as Fontes

EVOLUÇÃO DA RECEITA				
ESPECIFICAÇÃO	PROJEÇÃO 2016	PROJEÇÃO 2017	PROJEÇÃO 2018	PROJEÇÃO 2019
RECEITAS CORRENTES	29.650.797.616	31.304.066.766	33.468.267.501	36.014.707.940
RECEITA TRIBUTÁRIA	15.005.694.103	16.298.988.098	17.792.122.742	19.527.513.490
IMPOSTOS	14.788.567.652	16.069.518.089	17.550.799.178	19.274.039.731
TAXAS	217.126.451	229.470.009	241.323.563	253.473.759
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.484.202.676	2.592.106.919	2.707.916.955	2.830.282.080
RECEITA PATRIMONIAL	790.714.558	737.084.160	778.553.990	823.750.400
RECEITA AGROPECUÁRIA	12.360	13.176	14.107	15.122
RECEITA INDUSTRIAL	11.463	12.220	13.083	14.025
RECEITA DE SERVIÇOS	572.609.453	610.411.602	653.522.893	700.510.288
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.936.341.860	9.117.064.341	9.503.694.531	10.012.183.094
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	754.391.505	792.944.487	831.965.600	872.191.789
FUNDO CONSTITUCIONAL - EDUCAÇÃO E SAÚDE	4.908.207.821	4.810.043.665	4.906.244.538	5.102.494.319
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	3.273.742.534	3.514.076.189	3.765.484.393	4.037.496.985
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.861.211.143	1.948.386.249	2.032.429.199	2.120.439.443
RECEITAS DE CAPITAL	2.940.928.414	2.129.226.033	1.814.964.271	1.197.375.277
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.425.536.643	1.199.521.910	843.607.860	180.619.000
ALIENAÇÃO DE BENS	589.097.689	30.000.000	30.000.000	30.000.000
AMORTIZAÇÕES EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS	80.706.535	85.361.040	90.669.974	96.456.569
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	482.479.758	514.343.083	550.686.437	590.299.708
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	363.107.789	300.000.000	300.000.000	300.000.000
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	1.804.272.776	2.205.504.127	2.314.287.777	2.479.619.680
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	2.969.580	3.165.693	3.389.380	3.633.193
(-) DEDUÇÕES "Restituições, Fundos..."	-1.793.039.493	-1.935.586.409	-2.075.458.919	-2.225.900.628
ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL	32.605.928.893	33.706.376.209	35.525.450.010	37.469.435.462
*FCDF - FUNDO CONSTITUCIONAL - SEGURANÇA	7.109.110.384	7.325.990.113	7.581.385.921	7.947.079.509
*ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS	1.404.164.967	1.079.758.870	995.548.807	1.091.700.173
Total Geral	41.119.204.244	42.112.125.192	44.102.384.738	46.508.215.144
Deduções				
Amortização e Encargos da Dívida Pública	482.023.000	652.086.850	672.503.103	689.767.987
Despesas com inativos do GDF	5.645.264.512	5.835.699.420	6.150.640.307	6.487.207.327
Despesas com inativos do FCDF	2.234.457.018	2.302.624.258	2.382.897.446	2.497.838.213
Reserva Orçamentária do RPPS	454.533.364	469.866.396	495.224.134	522.323.119
Ações do Programa Operações Especiais	1.421.040.132	1.469.000.115	1.548.279.466	1.633.002.749
Total das Deduções	10.237.318.026	10.729.277.039	11.249.544.456	11.830.139.395
Total Previstos para PPA 2016-2019	30.881.886.218	31.382.848.153	32.852.840.282	34.678.075.749

(*) FCDF e Orçamento de Investimento das Estatais constam como outras fontes.

1.2.3. Dimensão Territorial

1.2.3.1. Uso Ordenado da Terra

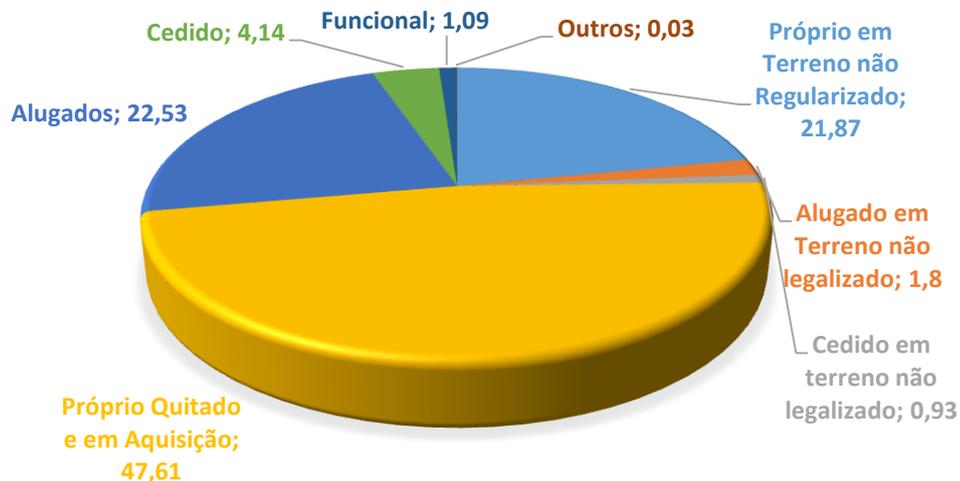
Mesmo sendo uma cidade planejada, cujos primeiros estudos para a sua implantação remontam ao Relatório Cruls, publicado em 1894, mais de 60 anos antes da sua construção, Brasília, desde o início, sofreu intervenções que desvirtuaram o seu projeto. O ideal de ordenamento territorial não se cumpriu, seja pelo fracasso do objetivo estratégico de controle do uso da terra com a completa desapropriação fundiária do DF, seja pelo assentamento prematuro das cidades satélites afastadas do Plano Piloto, o que reforçou a difusão urbana, dificultou a mobilidade e concentrou as atividades na área central da cidade. A atração de intensa migração e o crescimento acelerado da população nas décadas de 1960 e 1970, a ocupação irregular da terra, a excessiva valorização e especulação imobiliária combinados com má gestão territorial, foram elementos que propiciaram o desordenamento urbano em contraponto aos esforços de planejamento no DF ao longo das suas cinco décadas e meia de existência.

A situação em que o novo governo encontrou o Distrito Federal quanto ao planejamento e gestão territorial reforça esse quadro. Ocupação urbana não planejada, grilagem de terras e graves questões fundiárias demandam ações de regularização e uso legal do território. A concentração econômica e de atividades no Plano Piloto, local de trabalho de 42,57% da população do DF requer esforços para descentralização do emprego, equipamentos e provisão de serviços públicos de qualidade nas cidades fora do Plano. A população da Área Metropolitana de Brasília, segundo projeções da CODEPLAN relativas a 2013 é de 3.858.267 habitantes, sendo 2.786.684 no DF e 1.071.583 nos 12 municípios da sua periferia metropolitana. A estimativa populacional para 2030 é 3.773.409 habitantes, somente no DF, o que impõe a necessidade de prover mais 400 mil habitações em relação ao previsto em 2010. Neste contexto, o planejamento e a gestão territorial deve abranger a totalidade do espaço metropolitano de Brasília e ocorrerem concomitante com a preservação da área tombada, patrimônio mundial.

A desigualdade socioespacial no DF, reflexo das desigualdades de renda, fica patente nos dados apresentados na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD/DF, realizada pela CODEPLAN. Na PDAD 2013, enquanto o número de domicílios improvisados é inexistente no Plano Piloto e Lago Sul e próximo de zero, nas Regiões Administrativas - RAs com renda intermediária, em algumas localidades ele é expressivo, alcançando 11,73% no Varjão e 13,33% na Estrutural. Quanto à situação fundiária dos domicílios, a PDAD 2013 aponta que 24,60% deles no DF estão em terreno não legalizado e somente 41,40% têm escritura definitiva, o que impõe esforços na regularização dessas situações (gráficos 1 e 2). No entanto, a diferença entre as RAs chama a atenção. Na maior parte das RAs de renda mais elevada e intermediária, o número de domicílios situados em terrenos não legalizados não ultrapassa 15% do total, mas atinge níveis muito altos nas RAs Itapoã (93,55%), Jardim Botânico (90,00%) e SCIA-Estrutural (83,33%). Se o parâmetro é a existência de escritura definitiva, os números são muito baixos ou inexistente nas RAs de Itapoã (0%), Vicente Pires (0%), Paranoá (1,11%) e São Sebastião (1,40%). Destaca-se, contudo, que ocorrência de situações de irregularidade na titulação de propriedade de imóveis em localidades de menor poder aquisitivo quanto de renda

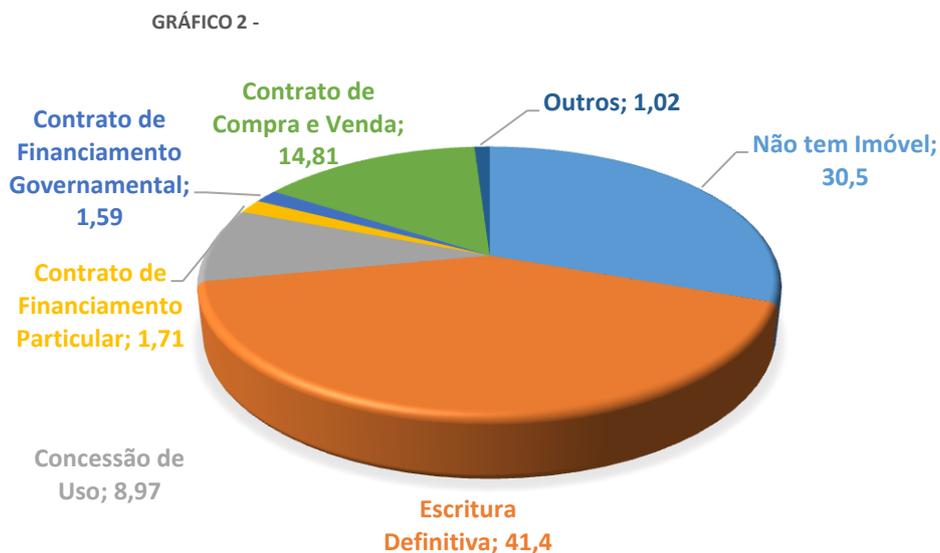
mais elevada, mostra que esse fato independe da condição socioeconômica do morador.

Gráfico 8 - Condição de ocupação de Domicílios ocupados -DF



Fonte: CODEPLAN Tabela 1.3 – PDAD 2013

Gráfico 9 - Domicílios ocupados por posse de documentação do imóvel - DF



Fonte: CODEPLAN Tabela 1.4 – PDAD 2013

Outro dado que expressa a desigualdade socioespacial no DF é a declaração dos moradores quanto à existência de jardins e parques e ruas arborizadas nas proximidades de sua residência. Se no Plano Piloto o percentual de ruas arborizadas é de 88,29%, em RAs do grupo de menor renda ele é de 9,1% em Samambaia, 8,21% em Santa Maria e 7,91 % em Itapoã. Quanto à existência de jardins e parques, essas mesmas RAs apresentam percentuais de 5,02%, 3,37% e 15,05%, respectivamente. Esses dados demonstram que a imagem de qualidade de vida urbana do Plano Piloto não se reproduziu nas demais RAs, especialmente as de menor renda e de implantação mais recente.

Também a pesquisa de emprego e desemprego (PED/DF), levada a cabo pelo Dieese, Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo do DF e pela CODEPLAN, tem indicado que o desemprego tem aumentado mensalmente e, com ele, a desigualdade socioespacial. A PED do mês de maio revela o quanto a desigualdade pode estar aumentando (seletivamente) no DF. De 215.000 desempregados (ou 14,1% da PEA), em abril, os desempregados chegaram a 225.000 ou 14,4% da PEA. Ademais, se compararmos o quantitativo de maio de 2013 – 177.000, vemos que se somaram mais 48.000 desempregados. Isso nos leva a pensar que o desemprego tornou-se “endêmico”, capitaneado por uma crise em diversos setores da economia – como nos serviços e na construção civil. Comprova-se a seletividade do desemprego comparando os grupos classificados pelo Dieese. Assim, enquanto o Grupo 1, representado pelo Plano Piloto, Lago Sul e Lago Norte (com trabalhadores auferindo os mais altos rendimentos) tiveram apenas 6,4% de desempregados e o Grupo 2 – com renda intermediária (Gama, Taguatinga, Sobradinho, Núcleo Bandeirante e outras RAs) apresentaram 12,2% de desempregados – portanto, abaixo da média do DF, o Grupo 3 – com RAs de mais baixa renda – Brazlândia, Ceilândia, Samambaia e outras – estão acima da média do DF – 17,3%. Por essa variável pode-se constatar que, a partir de dezembro de 2014, o Grupo 3 tem-se mostrado constantemente acima da média de desemprego do DF. Por isso, nessas RAs, a desigualdade tende a se agravar, a menos que um grande esforço (planos e investimentos) mude a realidade para a descentralização das oportunidades de emprego em direção a elas e à periferia metropolitana. Com a descentralização, os moradores dessas RAs passarão a trabalhar na localidade de residência, evitando tempo, cansaço e dinheiro gasto nos deslocamentos para outras localidades, em especial o Plano Piloto.

1.2.3.2. Mobilidade

A política de mobilidade urbana, que deve zelar pela qualidade de vida da população, precisa ser norteadada pela implementação de um conjunto de estratégias de transporte e de circulação que proporcione o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, reduzindo, na medida do possível, o número de viagens motorizadas, priorizando os modos coletivos de transporte - sobre pneus ou sobre trilhos -, e incentivando o uso do modo não motorizado. No intuito de tornar Brasília um modelo de cidade sustentável, é fundamental que as políticas de mobilidade tenham foco na equidade do uso do espaço público, ofereçam maior segurança nos deslocamentos, prestem melhores serviços de transporte coletivo com tarifa justa e ofereçam condições dignas de deslocamentos a pé ou por bicicleta.

O modelo de ocupação de Brasília, que se caracteriza pela conformação de um conjunto de núcleos urbanos dispersos, com densidades variadas, e interligados ao Plano Piloto por extensas rodovias - que muitas vezes se apresentam com características de vias tipicamente urbanas, causa impacto direto na prestação do serviço de transporte público, principalmente se levado em conta o baixo IPK (Índice de Passageiros por Quilômetro) de algumas de suas linhas. Segundo o PDTU, a demanda no transporte coletivo se distribui de forma irregular ao longo do dia, com elevadas concentrações no período das 6h às 8h30 e das 17h às 19h, que são considerados os horários de pico da manhã e da tarde. Fora desses horários, a demanda cai significativamente.

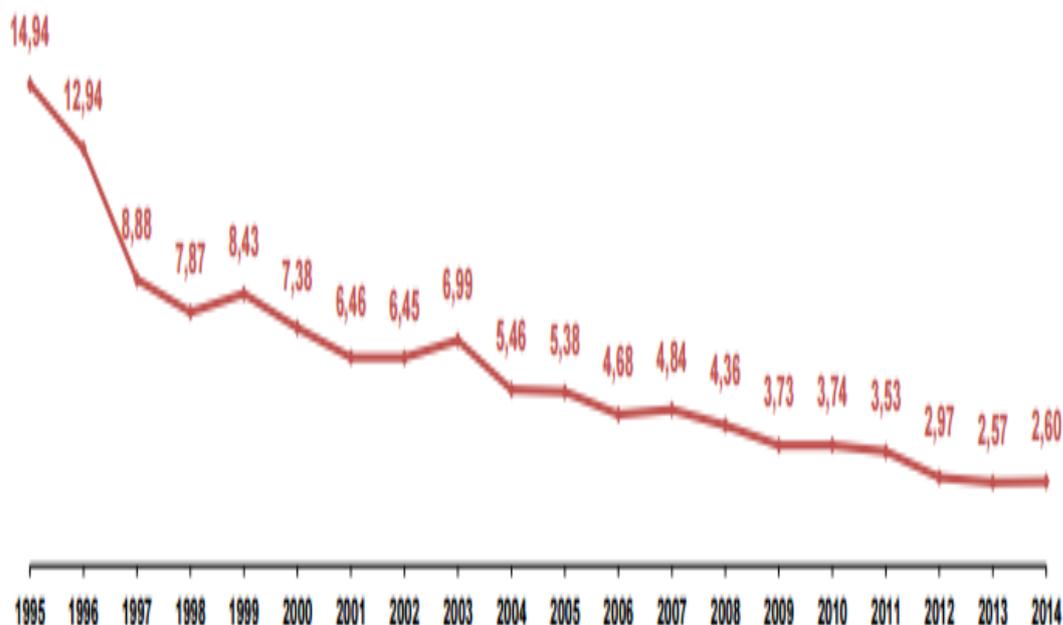
Em adição ao problema, de acordo com o Detran/DF, a cidade conta com uma frota veicular em crescente expansão (com crescimento médio de 7,28% nos últimos dez anos), contabilizando 1.563.382 veículos em 2014. A PDAD, por seu turno, apontou que, em 2013, 66,13% dos domicílios possuíam automóvel, demonstrando uma alta correlação entre a posse de veículos particulares e a renda domiciliar. Mesmo nas regiões de baixa renda, a incidência de posse de veículos era significativa, como na Estrutural, 37,33% e Varjão, 37,61%. Não obstante considerar a frota em seu número absoluto, importante se faz analisar esses dados em relação ao número de habitantes da cidade. O indicador, conhecido por taxa de motorização, reflete o número de veículos para cada 100 habitantes, explicitando a proporção entre a frota veicular e a população existente. Em 2013, segundo dados extraídos da PDAD (população) e do Detran/DF (frota), a taxa de motorização foi de 53,52, atingindo uma das maiores taxas do país.

Além disso, Brasília caracteriza-se por ser uma região onde os empregos e serviços estão fortemente concentrados em sua parte central e, segundo a PDAD 2013, do total de postos de trabalho, 42,57% estão localizados no Plano Piloto. Estes números demonstram que o deslocamento pendular é forte na cidade para o motivo trabalho, e explicam, em parte, o contínuo aumento dos congestionamentos das vias, sobretudo nos horários de pico, e a falta de oferta de estacionamento na zona central durante o horário comercial. A PDAD também declara que 7,89% dos postos de trabalho se encontram em Taguatinga, o que pode vir a ser uma aposta para uma descentralização do eixo de mobilidade urbana. Para fora do DF, se desloca apenas 0,70% dos ocupados, situação que se inverte quando se analisa o movimento contrário. Por outro lado, em relação às compras de alimentação, 82,31% dos moradores do DF as realizam na Região Administrativa onde residem. Em relação aos vestuários e calçados, se verifica a mesma tendência, com 74,47% dos moradores do DF realizando suas compras nas suas RAs. O mesmo fenômeno ocorre nas vendas de eletrodomésticos (75,93%), assim como na utilização de serviços em geral, que também são realizadas na própria RA (82,45%). A utilização de serviços de Cultura e Lazer, da mesma forma, ocorre predominantemente nas próprias regiões administrativas, respondendo por 63,92%. Quanto à utilização de hospital público/Unidade de Pronto Atendimento - UPA, das 72,37% das pessoas que declararam fazer uso do serviço, somente 12,35% procuram o Plano Piloto, e em relação ao uso dos postos de saúde, 90% procuram o posto da própria RA. Todos esses números, portanto, reforçam a tese de que, de fato, o motivo trabalho é o fator que mais contribui no intenso trânsito entre as RAs e o Plano Piloto.

No que tange ao transporte não motorizado, de acordo com o PDTU, no DF 28% das viagens são realizadas a pé ou de bicicleta. Esse número, em si, já demonstra a importância do deslocamento não motorizado, que aumenta significativamente quando são considerados também os deslocamentos a pé complementares às viagens motorizadas, principalmente as realizadas por transporte coletivo, como os percursos “de” e “para” os pontos de parada. Em regra, contudo, o pedestre do Distrito Federal realiza suas viagens em sua maioria pelo motivo estudo (77,8%) e que se tratam de viagens curtas, pendulares - escola/residência. Dessa forma, é possível inferir que grande parte dos pedestres são crianças e jovens. No entanto, infelizmente em 2014, o Detran/DF registrou que 41,13% das mortes no trânsito atingiram pedestres e 6,7% atingiram ciclistas.

Ainda em relação aos acidentes de trânsito, é importante salientar que apesar de 2014 ter sido um ano marcado pelo aumento de 2% no número de acidentes em relação ao ano anterior, no DF, observa-se uma tendência de queda ao longo dos últimos anos. Em 2013, com um índice de mortos por 10 mil veículos registrado em 2,60, o valor ficou dentro do limite recomendado pela ONU para países em desenvolvimento, cuja marca é de 3,0.

Gráfico 10 - Índice de mortos por 10 mil veículos/ano (Distrito Federal, 1995-2014)



Fonte: DETRAN/DF

Atualmente, a mancha urbana do DF é caracteristicamente mais densa nas porções Oeste e Sul onde se localizam os núcleos urbanos mais populosos e densos do DF, formados por Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Riacho Fundo I e II e Recanto das Emas. Estes núcleos constituem a centralidade mais importante depois do Plano Piloto. Trata-se de uma tendência de concentração que se reflete também no seu exterior, uma vez que nas mesmas direções encontram-se, contíguos à divisa do DF, as áreas urbanas dos municípios de Águas Lindas, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Valparaíso, Cidade Ocidental. O segundo conjunto urbano mais populoso é formado

1.2.3.3. Uma Economia com Base no Meio Ambiente

As mudanças climáticas são o maior desafio ambiental e de desenvolvimento para as cidades, no século XXI. Com o agravamento do aquecimento global, as emissões poluentes retomaram um lugar destacado no rol de preocupações da sociedade nos últimos dez anos. No Brasil, a contribuição do desmatamento nas emissões tem caído sensivelmente, enquanto tem crescido a participação da geração termoelétrica e dos transportes. Para adotar uma estratégia preventiva quanto aos seus efeitos, a estratégia proposta pelos fóruns globais tem sido ampliar a capacidade de ação governamental para fomentar o uso de fontes de energia renováveis, tornar o consumo de água mais eficiente e preparar medidas de mitigação e adaptativas.

No planejamento de longo prazo, o fortalecimento da governança ambiental tem um papel essencial seja para incorporar a dimensão ambiental na formulação de políticas públicas, fortalecendo os órgãos ambientais, seja na implementação de normativos como o Zoneamento Ecológico Econômico ou na racionalização dos processos de licenciamento.

Entre os desafios na área ambiental o maior é sempre o de inserir o meio ambiente nas estratégias de desenvolvimento aproveitando suas potencialidades, estimulando novos hábitos de consumo e redirecionando as atividades produtivas para um novo patamar de conscientização ambiental. Os investimentos em meio ambiente devem ter papel central na diversificação das atividades econômicas para alavancar o desenvolvimento e elevar a renda nas RAs menos favorecidas.

A oferta de energia é estratégica para a diversificação das atividades econômicas, para a desconcentração de atividades e dos postos de trabalho. A maior parte do consumo está no uso Residencial (33%) e no Comercial (33%) e todos os esforços devem ir no sentido de garantir o fornecimento de energia, em tornar seu consumo mais eficiente, mas também em aumentar o investimento em fontes renováveis não convencionais como biomassa e solar. Há um grande potencial para atrair indústrias ambientalmente limpas e tecnologicamente avançadas para abastecer um mercado consumidor de alta renda, nível educacional elevado e em crescente sofisticação, inclusive na preferência por bens ecologicamente corretos.

Tabela 16 - Consumo de energia elétrica por classe - 2012/2014

Classes	Consumo de Energia Elétrica (MWh)			
	2012	2013	2014	%
DISTRITO FEDERAL	5.665.762	5.963.958	6.163.314	100%
Residencial	2.074.439	2.192.306	2.299.839	37%
Industrial	240.061	245.914	231.650	4%
Comercial	1.903.666	1.986.201	2.062.179	33%
Rural	138.717	146.852	148.360	2%
Iluminação pública	385.590	639.486	640.695	10%
Poder público	596.475	402.224	417.867	7%
Serviço público	324.973	349.086	360.882	6%
Consumo próprio	1.841	1.889	1.842	0%

A baixa oferta de água e o consumo per capita elevado talvez sejam dois dos aspectos mais marcantes do Distrito Federal, seja porque atingem de forma direta a saúde de populações em regiões mais frágeis, seja porque tem o potencial de restringir o crescimento econômico no longo prazo. No relatório "Atlas Brasil 2010; Resultado por estado", a Agência Nacional de Água (ANA, 2010, pag. 56) já afirmava para o Distrito Federal que os sistemas produtores em operação necessitariam de reforço de novos mananciais para fazer a demanda futura⁵.

Para ampliar a oferta, os investimentos nos sistemas produtores de água já estão sendo viabilizados, mas também deve haver uma preocupação constante com as perdas na distribuição. Entre as unidades federativas com menor índice de perdas está o Distrito Federal, com 27,3% enquanto no Brasil o índice está em 37%, mas a redução de perdas para patamares bem inferiores deve ser um dos mais importantes objetivos de médio prazo. Sem dúvida, a forma mais rápida de aumentar a oferta de água está na economia no consumo e na redução das perdas na distribuição tendo em vista a comparação entre o consumo no DF e aqueles identificados para o Centro-Oeste e o Brasil.

Tabela 17 - Média e Consumo de Água 2013 ⁶

Estado/Região	(Litros/hab. dia) Média últimos 3 anos	(Litros/hab. dia) Ano 2013	Varição Média/2013
Brasil	165,5	166,3	0,5%
Centro-Oeste	158,2	160,7	1,6%
Distrito Federal	188,6	189,9	0,7%

Fonte: ANA/Atlas Brasil

Os níveis de cobertura da rede de drenagem, e mesmo os padrões de conservação da rede instalada, desempenham um papel essencial na elevação da qualidade ambiental urbana, por ser um dos maiores contribuintes para a poluição dos recursos hídricos e contribuir para seu assoreamento.

Tabela 18 - Domicílios segundo tipo de esgotamento sanitário ⁷

Unidade Territorial	A Céu Aberto	Fossa Rudimentar	Fossa Séptica	Outros	Rede Geral	Total Domicílios	% de Cobertura da Rede
Distrito Federal	124	32.495	82.589	265	706.192	821.665	86%

Fonte: PDAD/CODEPLAN

Os investimentos em esgotamento sanitário e drenagem são usualmente colocados em segundo plano, apresentando níveis de cobertura menos abrangentes que a água e níveis primários de tratamento. Brasília apresenta um dos maiores indicadores de cobertura de esgoto, mas por conta da fragilidade na disponibilidade hídrica o esforço deve ser redobrado e todos os investimentos no saneamento devem ser associados diretamente ao abastecimento e qualidade da água, e também aos indicadores de doenças relacionadas à falta de saneamento.

⁵ ANA. Atlas Brasil 2010 pag. 56

⁶ Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2013. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2014. 181 p. : il.

⁷ Codeplan PDAD 2013

Tabela 19: Domicílios segundo Rede de Drenagem ⁸

Unidade Territorial	Não	Tem	Total	%
Distrito Federal	117.460	704.205	821.665	86%

Fonte: PDAD/CODEPLAN

Por fim, entre os maiores desafios para proporcionar uma infraestrutura de excelência estão as soluções para o tratamento de resíduos sólidos. O problema em quase todas as cidades brasileiras é sempre o destino final, e em Brasília não é diferente. Aqui, o maior desafio está em equacionar o projeto do Aterro Sanitário Oeste, em Samambaia, assim como o encerramento e a recuperação da área do lixão de forma a reduzir a contaminação das fontes de abastecimento da cidade pelos lixões e depósitos clandestinos.

1.2.3.4 A RIDE e AMB

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno- RIDE/DF foi criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, e atualmente é regulamentada pelo Decreto nº 7.469 de 2011. A RIDE/DF abrange uma área de 56.433,53 km², e segundo o Censo Demográfico de 2010, uma população de 3.717.728 habitantes. Seu território compreende, além do próprio Distrito Federal, os municípios goianos Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa e os municípios mineiros Buritis, Cabeceira Grande e Unaí. A RIDE/DF foi criada para permitir uma ação articulada da União, DF e dos estados de Goiás e Minas Gerais na área de influência de Brasília.

Ocorre que há diferenças no tipo de interação entre o DF e os municípios integrantes da RIDE/DF. Com alguns, a relação tem caráter de pólo regional e, com outros, há uma relação de características metropolitanas. Variados estudos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que, mesmo estando distantes no tempo e utilizando metodologias diferenciadas em sua elaboração, oito municípios são altamente polarizados por Brasília: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Já a dinâmica dos municípios de Padre Bernardo, Cocalzinho de Goiás e Cristalina com o DF é distinta. Muito embora a sede municipal possua um menor grau de interação com o DF, há no território desses municípios enclaves territoriais polarizados por Brasília. E, por fim, o município de Alexânia, importante conector entre o DF e sua região de influência imediata e a região de influência de Anápolis. A estes, a CODEPLAN denomina como Área Metropolitana de Brasília (AMB)⁹.

A evolução populacional é uma variável importante para caracterização do território. Ao analisar o quadro abaixo é notório o crescimento populacional ocorrido na região durante as últimas quatro décadas. Mais atentamente, nota-se crescimento mais acentuado nos municípios mais próximos à Brasília, e, portanto, influenciados nesse

⁸ Codeplan PDAD 2013

⁹ CODEPLAN, 2014. Nota Técnica 01/2014.

crescimento pela criação da Capital Federal. Esse crescimento acentuado levou inclusive à desmembramentos territoriais, criando novos municípios.

No período de 1980, em termos populacionais, já é possível verificar um adensamento correspondente a um espaço metropolitano, com uma população de 637 mil para habitantes para 1,373 milhão, um incremento de 735.632 habitantes nesse período. Em 2013, a população estimada é de 3,918 milhões (IBGE e PMAD/2013), conforme tabela 10.

Tabela 20 - Evolução da população total da Área Metropolitana de Brasília e Ride/DF

Município	Ano						Estimativa
	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2013
Buritís - MG*	-	9.810	15.429	18.417	20.396	22.737	23.979
Cabeceira Grande - MG*	-	-	-	-	5.920	6.453	6.774
Uná - MG*	46.306	52.303	67.885	69.612	70.033	77.565	81.693
Abadiânia - GO*	8.436	7.772	9.030	9.402	11.452	15.757	17.326
Água Fria de Goiás - GO*	-	-	-	3.976	4.469	5.090	5.395
Cabeceiras - GO*	3.148	4.056	4.993	6.464	6.758	7.354	7.717
Corumbá de Goiás - GO*	13.909	18.439	20.212	19.663	9.679	10.361	10.829
Mimoso de Goiás - GO*	-	-	-	3.750	2.801	2.685	2.730
Pirenópolis - GO*	26.735	32.065	29.329	25.056	21.245	23.006	24.111
Vila Boa - GO*	-	-	-	-	3.287	4.735	5.246
Águas Lindas de Goiás - GO **	-	-	-	-	105.746	159.378	197.530
Alexânia - GO **	8.022	9.390	12.116	16.472	20.047	23.814	25.392
Cidade Ocidental - GO **	-	-	-	-	40.377	55.915	70.832
Cocalzinho de Goiás - GO **	-	-	-	-	14.626	17.407	21.623
Cristalina - GO **	9.172	11.600	15.977	24.937	34.116	46.580	51.183
Formosa - GO **	21.708	28.874	43.297	62.982	78.651	100.085	108.466
Luziânia - GO **	27.444	32.807	92.817	207.674	141.082	174.531	189.225
Novo Gama - GO **	-	-	-	-	74.380	95.018	102.949
Padre Bernardo - GO **	4.637	8.381	15.855	16.500	21.514	27.671	31.705
Planaltina - GO **	6.123	8.972	16.178	40.201	73.718	81.649	87.423
Santo Antônio do Descoberto - GO **	-	-	-	35.509	51.897	63.248	73.023
Valparaíso de Goiás - GO **	-	-	-	-	94.856	132.982	168.961
Brasília - DF **	140.164	537.492	1.176.908	1.601.094	2.051.146	2.570.160	2.789.761
Periferia Metropolitana	77.106	100.024	196.240	404.275	751.010	978.278	1.128.312
Área metropolitana de Brasília	217.270	637.516	1.373.148	2.005.369	2.802.156	3.548.438	3.918.073
RIDE-DF	315.804	761.961	1.520.026	2.161.709	2.958.196	3.724.181	4.103.873

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1960 a 2010) e, em 2013, para o DF, Estimativa do IBGE e PMAD/CODEPLAN.

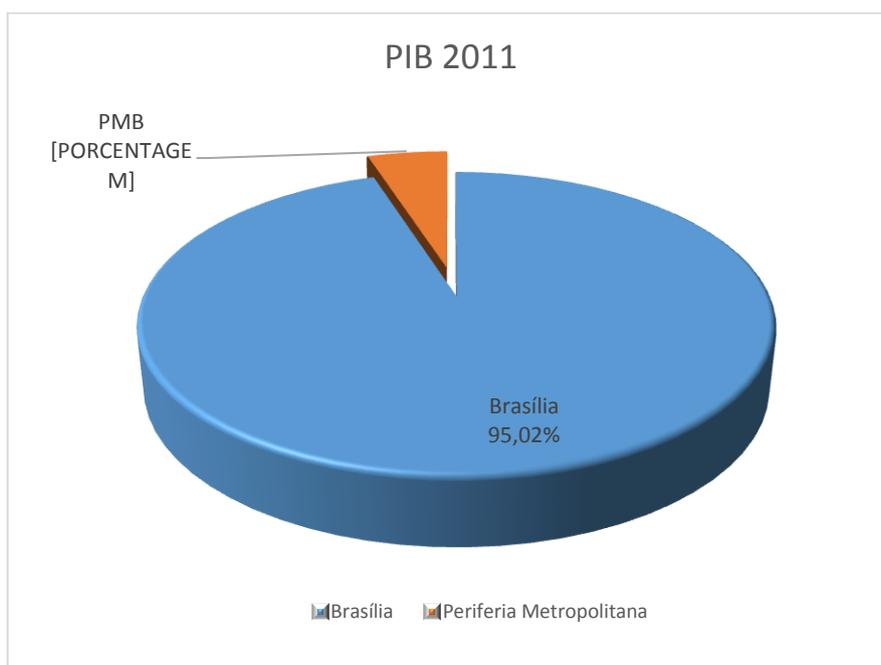
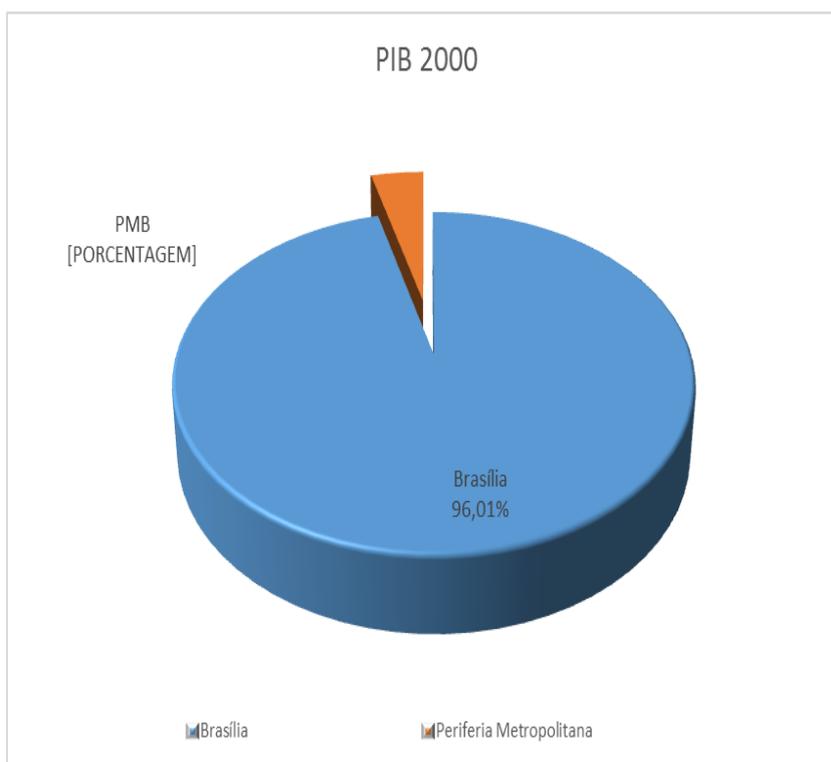
Nota: * Estimativa do IBGE, 2013; ** Estimativa PMAD, 2013; Negrito: Municípios da Área Metropolitana de Brasília (AMB).

Ao analisar-se o Produto Interno Bruto (PIB) da AMB, os dados demonstram que, no período de 2000/2011, é possível identificar uma fortíssima polarização econômica exercida pelo núcleo metropolitano que é o DF, com ínfima participação da Periferia Metropolitana de Brasília (PMB).

Em 2011, em valores monetários o PIB da AMB totalizou R\$ 173,095 (bilhões). Na participação, o DF concentra 95%, correspondente a R\$ 164,482 (bilhões), enquanto que a PMB totaliza R\$ 8,613 (bilhões), que corresponde a apenas 5%, aproximadamente, caracterizando uma alta assimetria entre o núcleo metropolitano e sua periferia. Se comparado ao ano de 2000, a relação na participação do PIB entre o DF e o conjunto

dos demais municípios da AMB era ainda maior, o DF participava com 96% do total. A taxa de crescimento da PMB nesse período foi 5,81%, maior que a do DF, 3,60%, o que contribuiu para queda dessa diferença. Nota-se que apesar do avanço alcançado no período de 2000 e 2011, saindo de 4,629 (bilhões) para 8,613 (bilhões), o PIB da PMB ainda é muito baixo.

**Gráfico 10 - Participação no PIB da AMB no período de 2000 e 2011
(Em valores constantes - %)**



Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2011.

Essa diferença no desenvolvimento entre o DF e sua PMB também é sentida em indicadores sociais. O mais conhecido, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), evidencia que, embora tenha ocorrido uma evolução no período de 1991 a 2010, ainda persiste a grande desigualdade nesse território.

Comparando os municípios da periferia com os demais municípios do Brasil e de Goiás, observa-se que o município melhor qualificado em termos de IDHM, é o município de Valparaíso de Goiás, estando respectivamente em 10º e 628º lugar, com IDHM de 0,746, seguido de Formosa (0,744), em 13º e 667º, de Cidade Ocidental (0,717), 64º e 1.398º e de Luziânia (0,717), em 104º e 1.866º posição. Deve-se destacar que Cristalina (0,699) está muito próximo de alcançar a condição de IDH alto. Há, entretanto, municípios como Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Cocalzinho de Goiás e Padre Bernardo que se encontram entre os 50 piores do estado de Goiás (246 municípios no total).

Tabela 21 - Evolução do IDH na AMB, em ranking, de 1991, 2000 e 2010

Ranking AMB (2010)	Municípios da Área Metropolitana de Brasília (AMB)	Ranking em relação ao Brasil (2010)*	Ranking em relação a Goiás (2010)**	IDHM		
				1991	2000	2010
01	Distrito Federal	9ª	-	0,616	0,725	0,824
02	Valparaíso de Goiás	628ª	10ª	0,531	0,632	0,746
03	Formosa	667ª	13ª	0,482	0,598	0,744
04	Cidade Ocidental	1398ª	64ª	0,538	0,638	0,717
05	Luziânia	1866ª	104ª	0,430	0,550	0,701
06	Cristalina	1934ª	115ª	0,474	0,578	0,699
07	Águas Lindas de Goiás	2282ª	159ª	0,387	0,497	0,686
08	Novo Gama	2332ª	167ª	0,451	0,546	0,684
09	Alexânia	2386ª	176ª	0,378	0,520	0,682
10	Planaltina	2691ª	196ª	0,384	0,508	0,669
11	Sto Antônio do Descoberto	2776ª	200ª	0,409	0,526	0,665
12	Cocalzinho de Goiás	2964ª	214ª	0,363	0,506	0,657
13	Padre Bernardo	3090ª	224ª	0,346	0,484	0,651

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, IPEA/PNUD/FJP.
Elaboração: CODEPLAN

Em 2013, a CODEPLAN realizou a Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílio, a PMAD, instrumento que evidencia as relações de interdependência nesse território urbano e revela a funcionalidade entre o DF e os municípios da PMB.

Os fluxos demográficos na AMB são bastante expressivos. Do total de 1.070 mil habitantes urbanos dos 12 municípios, nada menos que 301 mil (28,1%) são naturais do Distrito Federal. Este fluxo migratório se intensificou nos últimos 10 ou 15 anos, em face do encarecimento do custo de moradia no Distrito Federal e, mais recentemente, da

enorme difusão de unidades habitacionais na região no âmbito do programa federal Minha Casa, Minha Vida. Deve-se considerar, contudo, que uma parcela, não ainda mensurável, destes naturais do DF apenas nasceram aqui, ou seja, mulheres grávidas da região, na oferta insatisfatória de serviços públicos de saúde em seus municípios, buscaram as unidades hospitalares do DF para a realização do parto, sendo, portanto, a criança nascida computada como natural do DF.

O deslocamento para a utilização de serviços é um indicador importante de relações metropolitanas. Segundo a PMAD, é elevada a utilização dos equipamentos de saúde do DF. Nada menos que 33,68% (339.804) da população usuária de serviços públicos de saúde buscam prioritariamente o DF para atendimento. A região mais demandada é o Gama, com 7,65% (77.202 pessoas), seguida da RA I (Plano Piloto), com 6,72% (67.781 pessoas). Aparecem, ainda, Taguatinga, com 2,73% (27.521 pessoas), sendo que as demais regiões administrativas atendem, em seu conjunto, 16,58% (167.300 pessoas) com destaque para Brazlândia, Ceilândia e Santa Maria. Os municípios que mais intensamente buscam o serviço público de saúde do DF são: 92,58% dos moradores do Novo Gama buscam atendimento de saúde principalmente em Brasília, Gama e Santa Maria; 58,75% dos residentes de Águas Lindas de Goiás procuram Ceilândia e Taguatinga; 23,09% de Valparaíso de Goiás vão principalmente a Brasília e Gama e 21,90% de Santo Antônio do Descoberto procuram basicamente Brasília e Taguatinga.

O movimento de trabalhadores entre o centro urbano e sua periferia é outro indicador importante para se caracterizar o fenômeno metropolitano. Segundo dados da PMAD, a população urbana acima de 10 anos na PMB totaliza 906.252 pessoas. Desse total, podem ser classificados como População Economicamente Ativa (PEA), 514.284, abrangendo os que possuem trabalho remunerado (467.576), os aposentados trabalhando (3.099) e os declaradamente desempregados (43.609). Desses, a PMAD encontrou 251.980 trabalhando no próprio município de residência, ou 53,54% do total e 211.993 pessoas, cerca de 45,03%, trabalhando no Distrito Federal, quantitativo bastante elevado. Na metade dos municípios que formam a periferia metropolitana, ou seja, em seis, os percentuais de moradores trabalhando no DF supera o patamar de 50%. Destaque para Planaltina, com 28.014 pessoas, ou 69,53%, secundada por Águas Lindas de Goiás, 50.893 pessoas, ou 61,32%; Santo Antônio do Descoberto, 15.332 pessoas, ou 59,38%; Novo Gama, 27.722 pessoas, ou 59,34%; Valparaíso, 42.368 pessoas, ou 55,57% e Cidade Ocidental, 15.407, ou 52,90%.

Esses deslocamentos para trabalho impactam diretamente a qualidade de vida da população trabalhadora do DF. A concentração de postos de trabalho no Plano Piloto adensa os fluxos de veículos para um mesmo centro econômico, provocando grandes engarrafamentos. São 60,2% ou 127.679 trabalhadores vindos da PMB para o Plano Piloto, seguido de 9,3% (19.785) para Taguatinga; 5,6% (11.814) para o Gama e para Águas Claras são 9.238 ou 4,4%. As demais RAs, somadas, representam 20,5%. O meio de transporte mais utilizado pelos trabalhadores é o ônibus, com um total de 157.087 usuários ou 74,1%. Os deslocamentos são feitos de automóvel para 46.206 ou 21,8%. Motocicleta é a preferência de 6.359 ou 3,0%.

A maioria dos trabalhadores se dedicam as atividades de comércio (47.118 ou 22,2%), construção civil (38.204 ou 18,0%), serviços gerais (28.035 ou 13,2%) e serviços

domésticos (21.745 ou 10,3%). Os que trabalham para a administração pública totalizam 10%, ou 21.182, sendo 3,4% trabalhando para administração pública federal, 6,3% para administração do GDF e 0,4% para a administração de Goiás.

A PMAD 2013 também traz interessantes dados sobre a renda das famílias desses municípios. A renda domiciliar média mensal dos municípios da PMB é de R\$ 2.043,35 ou 3,01 Salários Mínimos. Em termos de renda per capita média mensal, a pesquisa revelou ser de R\$ 703,61 ou 1,04 Salário Mínimo. Ao se comparar o resultado apresentado pela PMAD aos valores apresentados pelo PDAD 2013/2014 para o conjunto o DF, nota-se novamente a disparidade: renda domiciliar média da população do Distrito Federal em 2013 era da ordem de R\$ 5.015,04 (6,93 Salários Mínimos - SM) e a renda per capita de R\$ 1.489,57 (2,20 SM).

Por meio dos dados apresentados, nota-se a existência uma região metropolitana de fato, refletida no DF por meio dos fluxos de trabalho e utilização de serviços. Não se é possível planejar o DF sem se considerar a dimensão metropolitana. No território da PMB há um elevado número de cidadãos metropolitanos, que não reconhecem as fronteiras estaduais como empecilho para buscar melhores condições de vida. Diariamente, essas pessoas se deslocam em busca de trabalho colaborando com o desenvolvimento do DF e desempenhando importantes atividades no funcionamento do núcleo metropolitano, que é o Distrito Federal. Entender esse território como integrante da realidade distrital é enxergar a possibilidade de um desenvolvimento que alcance o cidadão.

1.3 CONCLUSÃO

“O que ocorre em Brasília e fere nossa sensibilidade é essa coisa sem remédio, porque é o próprio Brasil. É a coexistência, lado a lado, da arquitetura e da anti-arquitetura, que se alastra; da inteligência e da anti-inteligência, que não para; é o apuro parede-meia com a vulgaridade, o desenvolvimento atolado no subdesenvolvimento; são as facilidades e o relativo bem estar de uma parte, e as dificuldades e o crônico mal estar da parte maior. Se em Brasília este contraste avulta é porque o primeiro élan visou além – algo maior. [...]”

Brasília é, portanto, uma síntese do Brasil com seus aspectos positivos e negativos, mas é também testemunho de nossa força viva latente.”

(Costa, L., 1995)

Conforme já destacava Lucio Costa, o Distrito Federal tem em si contradições e desigualdades que resume e se tornam um pouco a síntese do Brasil, este país desigual, que convive com regiões dinâmicas e ricas, com regiões estagnadas e menos favorecidas. Brasília convive com uma desigualdade de renda elevada e ao contrário da dinâmica, observada no Brasil como um todo, tem se mostrado persistente ao longo da última década. Os elevados indicadores de renda per capita ou IDH de Brasília, de fato, podem levar os analistas a conclusões equivocadas e mascarar esta natureza desigual do DF, que também se expressa por uma configuração iníqua da ocupação do território.

O combate a esta desigualdade torna-se um desafio ainda mais amplo ao incluirmos a discussão sobre a Área Metropolitana de Brasília (AMB), com uma população estimada em 1,128 milhão de habitantes, com níveis socioeconômicos e de rendimentos muito inferiores aos observados no DF. Apesar de representar quase 29% da população total da Área Metropolitana de Brasília (AMB), os municípios da Periferia Metropolitana de Brasília participam com menos de 5% do PIB da área metropolitana. Internamente no Distrito Federal, há uma concentração de empregos no centro de Brasília, segundo a PDAD 2013, do total de postos de trabalho, 42,57% estão localizados no Plano Piloto. Assim, como demonstrado na discussão sobre mobilidade, observa-se um forte deslocamento pendular, motivado pelo deslocamento ao trabalho, e explicam, em parte, o contínuo aumento dos congestionamentos das vias, sobretudo nos horários de pico, e a falta de oferta de estacionamentos na zona central durante o horário comercial. A PDAD também declara que 7,89% dos postos de trabalho se encontram em Taguatinga, o que pode vir a ser uma aposta para uma descentralização do eixo de mobilidade urbana. Para fora do DF se desloca apenas 0,70% dos ocupados, situação que se inverte quando se analisa o movimento contrário. Por outro lado, em relação às compras de alimentação, 82,31% dos moradores do DF as realizam na Região Administrativa onde residem. Em relação aos vestuários e calçados, se verifica a mesma tendência, com 74,47% dos moradores do DF realizando suas compras nas suas RAs. O mesmo fenômeno ocorre nas vendas de eletrodomésticos (75,93%), assim como na utilização de serviços em geral, que também são realizadas na própria RA (82,45%). A

utilização de serviços de Cultura e Lazer, da mesma forma, ocorre predominantemente nas próprias regiões administrativas, respondendo por 63,92%. Quanto à utilização de hospital público/Unidade de Pronto Atendimento – UPA, das 72,37% das pessoas que declarou fazer uso do serviço, somente 12,35% procura o Plano Piloto, e em relação ao uso dos postos de saúde, 90% procuram o posto da própria RA. Todos esses números, portanto, reforçam a tese de que, de fato, o motivo trabalho é o fator que mais contribui no intenso trânsito entre as Ras e o Plano Piloto.

Por outro lado, no mercado de trabalho, observa-se em Brasília, uma elevada taxa de desemprego, entre as maiores do país. Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), em abril de 2015, Brasília estava atrás apenas da Região metropolitana de Salvador, em 6 Regiões metropolitanas pesquisadas. Salvador nesse mês tinha uma taxa de 18,2% contra 14,4% do DF. Esta taxa de desemprego, internamente ao DF, também afeta forma desigual as diversas regiões administrativas. Regiões mais pobres ou com menor escolaridade sofrem mais com níveis de taxas de desemprego muito mais elevadas que as regiões centrais. Segundo dados da mesma PED, as áreas mais periféricas do DF tinham taxa de desemprego 17,3%, enquanto as áreas centrais do DF esta taxa estava em apenas 6,4%. A pesquisa de emprego e desemprego possui uma longa série histórica, desde 1992, analisando momentos de restrição fiscal, nota-se que o ajuste e crescimento do desemprego tem-se exatamente nas regiões administrativas menos escolarizadas e menos favorecidas.

Aliado ao quadro de revisão das políticas macroeconômicas, o governo local também foi obrigado a redefinir sua política fiscal. Dentro deste quadro macroeconômico de ajuste das políticas macroeconômicas, as previsões para as taxas de crescimento da economia são bastante modestas, o que indica um cenário de dificuldades num primeiro momento, e no melhor dos casos crescimento moderado da arrecadação tributária.

Apesar destes ajustes, o Distrito Federal tem alto nível de escolaridade, elevada renda e poder de consumo. Conforme as palavras de Lúcio Costa, o “élan” inicial de Brasília sempre foi de buscar “algo maior” e esta “força latente” da cidade, o poder empreendedor e criativo da população DF se mostra como um impulso para que neste período de planejamento de PPA se possa buscar soluções aos desafios que hora se impõe ao Distrito Federal.

1.4 REFERÊNCIAS

- COSTA, Lucio. (1995) *Registro de uma vivência*, p. 311.

1.5 GLOSSÁRIO

- **Esperança de vida ao nascer (e^0)** - corresponde ao número médio de anos de vida que uma pessoa esperaria viver a partir do nascimento.
- **Índice de envelhecimento** - relação entre a população com idades de 65 anos e mais e a população menor de 15 anos, multiplicado por cem. Mede o número de pessoas idosas em uma população, para cada grupo de cem pessoas jovens.
- **Razão de dependência de idosos** - relação entre a população com idades acima de 65 anos e a população potencialmente ativa (total de pessoas de 15 a 64 anos), multiplicado por cem.
- **Razão de dependência de jovens** - relação entre a população menor de 15 anos e a população potencialmente ativa (total de pessoas de 15 a 64 anos), multiplicado por cem.
- **Razão de dependência total** - relação entre a população dependente (menores de 15 anos + pessoas com idades acima de 65 anos) e a população potencialmente ativa (total de pessoas de 15 a 64 anos), multiplicado por cem.
- **Saldo líquido migratório** - diferença entre o volume de entrada e saídas de pessoas em determinada divisão geográfica, num determinado período de tempo.
- **Taxa de fecundidade total (TFT)** - corresponde ao número de filhos que, em média, teria uma mulher, ao final do período reprodutivo.
- **Taxa média geométrica de crescimento anual (TMGCA)** - reflete a intensidade com que a população está crescendo anualmente.

1.6 ANEXO

Tabela 6.1 - População por sexo segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal – 2013

Distrito Federal e Regiões Administrativas	População Total 2013	Sexo	
		Masculino	Feminino
Plano Piloto	216.489	100.369	116.120
Gama	134.958	64.050	70.908
Taguatinga	212.863	97.214	115.648
Brazlândia	51.121	24.692	26.429
Sobradinho	63.715	30.316	33.398
Planaltina	185.375	89.692	95.683
Paranoá	46.233	21.997	24.236
Núcleo Bandeirante	23.714	10.752	12.961
Ceilândia	451.872	217.889	233.982
Guará	119.923	55.115	64.808
Cruzeiro	32.182	14.775	17.407
Samambaia	228.356	111.939	116.417
Santa Maria	122.721	59.886	62.836
São Sebastião	98.908	49.066	49.842
Recanto das Emas	138.997	68.480	70.517
Lago Sul	30.629	15.291	15.338
Riacho Fundo	37.606	17.122	20.484
Lago Norte	34.182	17.260	16.922
Candangolândia	16.886	8.308	8.578
Águas Claras	118.864	57.220	61.644
Riacho Fundo II	39.424	19.092	20.332
Sudoeste/Octogonal	52.273	25.007	27.265
Varjão	9.292	4.486	4.806
Park Way	19.727	9.476	10.251
SCIA - Estrutural	35.094	17.725	17.369
Sobradinho II	97.466	47.696	49.770
Jardim Botânico	25.302	12.254	13.048
Itapoã	59.694	30.065	29.628
S I A	1.997	1.023	974
Vicente Pires	72.415	35.833	36.582
Fercal	8.408	4.163	4.245
Distrito Federal	2.786.684	1.338.255	1.448.429

Fonte: CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD/DF-2013